DIÁRIO OFICIAL

DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, quinta-feira, 17 de setembro de 1987 — ANO XII — Nº 176

SUMÁRIO

PÁGINA

ATOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL 1

ATOS DO GOVERNADOR 11

SECRETARIA DO GOVERNO 14

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 16

SECRETARIA DE FINANÇAS 16

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO 17

SECRETARIA DE SAÚDE 17

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS 18

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 19

SECRETARIA DA CULTURA 20

TRIBUNAL DE CONTAS DO DF 20

EDITAIS, AVISOS, DECLARAÇÕES, PAUTAS DE JULGAMENTO, ETC 23

ATOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

(*) DECRETO-LEI Nº 2.300, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1986

Dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, com fundamento nos artigos 8º, item XVII, letra "c", e 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I
DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º. Este Decreto-lei institui o estatuto jurídico das licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações, no âmbito da Administração Federal centralizada e autárquica.

Art. 2º. As obras, serviços, compras e alienações da Administração, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas neste Decreto-lei.

Art. 3º. A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

§ 1º. É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir, ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que:

I - comprometam, restrinjam, ou frustrem, o caráter competitivo do procedimento licitatório;

II - estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes.

§ 2º. Observadas condições satisfatórias de especificação de desempenho e de qualidade, de prazo de entrega e de garantia, será assegurada preferência aos bens e serviços produzidos no País.

§ 3º. A licitação não será sigilosa, sendo públicos, e acessíveis ao público, os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

Art. 4º. Todos quantos participem de licitação instaurada e procedida por órgãos ou ente da Administração Federal, têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento, nos termos deste Decreto-lei.

Seção II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 5º. Para os fins deste Decreto-lei, considera-se:

I - **Obra** - toda construção, reforma ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;

II - **Serviço** - toda atividade destinada a obter determinada utilidade concreta de interesse para a Administração, tais como demolição, fabricação, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, manutenção, transporte, comunicação ou trabalhos técnicos profissionais;

III - **Compra** - toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;

IV - **Alienação** - toda transferência de domínio de bens a terceiros;

V - **Execução direta** - a que é feita pelos próprios órgãos e entidades da Administração;

VI - **Execução indireta** - a que o órgão ou entidade contrata com terceiros, sob qualquer das seguintes modalidades:

a) empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço, por preço certo e total;

b) empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço, por preço certo de unidades determinadas;

c) administração contratada - quando se contrata a execução da obra ou do serviço, mediante reembolso das despesas e pagamento da remuneração ajustada para os trabalhos de administração;

d) tarefa - quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos, por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

VII - **Projeto básico** - o conjunto de elementos que defina a obra ou serviço, ou o complexo de obras ou serviços objeto da licitação, e que possibilite a estimativa de seu custo final e prazo de execução;

VIII - **Projeto executivo** - o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra;

IX - **Contratante** - a União ou autarquia signatária do contrato;

X - **Contratado** - a pessoa física ou jurídica signatária de contrato com a União ou autarquia.

Seção III
DAS OBRAS E SERVIÇOS

Art. 6º. As obras e os serviços só podem ser licitados, quando houver projeto básico aprovado pela autoridade competente, e contratados somente quando existir previsão de recursos orçamentários.

§ 1º. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

26 DE SETEMBRO — VACINE SEUS CÃES E GATOS CONTRA A RAIVA

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

a entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 3° andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 8 às 12 e de 14 às 15 horas.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

— Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

— As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de janeiro de cada ano.

Os suplementos às edições serão vendidos separadamente na Seção de Distribuição no 3° andar, sala 313, do Anexo do Buriti.

— Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal. Editado pela Divisão de Divulgação da SEA.

DIRETOR
ANTÔNIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 3° andar
Composição e impressão nas oficinas do "Jornal de Brasília"

TELEFONES:

REDAÇÃO: Direto: 225-7803
PABX: - 225-6830 - Ramal 312
DISTRIBUIÇÃO: PABX: 225-6830
Ramal 212
OFICINAS - Direto - 226-4357.
PABX: - 225-2515 - Ramal 171

ASSINATURAS
REPARTIÇÕES E PARTICULARES
Anual ..... Cz$ 420,00
Semestral ..... Cz$ 210,00
FUNCIONÁRIOS
Anual ..... Cz$ 210,00
Para remessa através da ECT:
Anual ..... Cz$ 520,00
Semestral ..... Cz$ 260,00

MATÉRIA PAGA

Página inteira ..... Cz$ 1.904,00
Por centímetro de coluna ..... Cz$ 29,75

NÚMERO AVULSO

O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

§ 2º. A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

Art. 7º. A execução das obras e dos serviços devem programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.

§ 1º. É proibido o parcelamento da execução de obra ou de serviço, se existente previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência de recursos ou comprovado motivo de ordem técnica.

§ 2º. Na execução parcelada, a cada etapa ou conjunto de etapas de obra ou serviço, há de corresponder licitação distinta.

§ 3º. Em qualquer caso, a autorização da despesa será feita para o custo final da obra ou serviço projetado.

Art. 8º. Não poderá participar da licitação ou da execução de obra ou serviço:

I - o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, contratado por adjudicação direta;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou controlador, responsável técnico ou subcontratado, bem como servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante.

§ 1º. É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o inciso II, na licitação de obra ou serviço ou na sua execução, como consultor ou técnico, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§ 2º. O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço, que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

§ 3º. O órgão ou entidade, que elaborou o projeto a que alude este artigo, poderá, excepcionalmente, a juízo do Ministro de Estado competente, presentes razões de interesse público, qualificar-se para a execução do projeto.

Art. 9º. As obras e serviços poderão ser executados nos seguintes regimes:

I - execução direta;

II - execução indireta, nas seguintes modalidades:

a) empreitada por preço global;

b) empreitada por preço unitário;

c) administração contratada; e

d) tarefa.

Art. 10. As obras e serviços destinados aos mesmos fins terão projetos padronizados por tipos, categorias ou classes, exceto quando o projeto-padrão não atender às condições peculiares do local ou às exigências específicas do empreendimento.

Art. 11. Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos:

I - segurança;

II - funcionalidade e adequação ao interesse público;

III - economia na execução, conservação e operação;

IV - possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;

V - facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço;

VI - adoção das normas técnicas adequadas.

Seção IV
DOS SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS

Art. 12. Para os fins deste Decreto-lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

II - pareceres, perícias e avaliações em geral;

III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras;

IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Parágrafo único. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Seção V
DAS COMPRAS

Art. 13. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos financeiros para seu pagamento.

Art. 14. As compras, sempre que possível e conveniente, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção e assistência técnica;

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.

§ 1º. O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º. Os preços registrados serão periodicamente publicados no Diário Oficial da União, para orientação da Administração.

§ 3º. O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto.

Seção VI
DAS ALIENAÇÕES

Art. 15. A alienação de bens da União e de suas autarquias, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

a) dação em pagamento;
b) doação;
c) permuta;
d) investidura;

II - quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação, permitida exclusivamente para fins de interesse social;

b) permuta;
c) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica;
d) venda de títulos, na forma da legislação pertinente.

§ 1º. A Administração, preferentemente à venda ou doação de bens imóveis, concederá direito real de uso, mediante concorrência. A concorrência poderá ser dispensada quando o uso se destinar a concessionário de serviço público, a entidades assistenciais, ou verificar-se relevante interesse público na concessão, devidamente justificado.

§ 2º. Entende-se por investidura, para os fins deste Decreto-lei, a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros, por preço nunca inferior ao da avaliação, de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se torne inaproveitável isoladamente.

§ 3º. A doação com encargo poderá ser licitada, e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente, os encargos, prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato.

Art. 16. Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia nunca inferior a 10% da avaliação.

Parágrafo único. Para a venda de bens móveis avaliados, isolada ou globalmente, em quantia não superior a Cz$ 5.000.000,00, a Administração poderá permitir o leilão.

Art. 17. Os bens imóveis da União e suas autarquias, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, observadas as seguintes regras:

I - avaliação dos bens alienados;
II - comprovação da necessidade ou utilidade da alienação;
III - adoção do procedimento licitatório.

CAPÍTULO II
DA LICITAÇÃO

Seção I
DAS MODALIDADES, LIMITES E DISPENSA

Art. 18. As licitações serão efetuadas, preferencialmente, no local onde se situar a repartição interessada.

§ 1º. A licitação poderá ser realizada no Distrito Federal sempre que o valor de seu objeto ou o interesse público o exigir.

§ 2º. O disposto neste artigo não impedirá a habilitação de interessados residentes em outros locais.

Art. 19. As concorrências e tomadas de preços, embora realizadas no local da repartição interessada, deverão ser publicadas com a antecedência referida no § 5º do artigo 32, no Diário Oficial local e, contemporaneamente, noticiadas no Diário Oficial da União.

Art. 20. São modalidades de licitação:

I - concorrência;
II - tomada de preços;
III - convite;
IV - concurso;
V - leilão.

§ 1º. Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução de seu objeto.

§ 2º. Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados previamente cadastrados, observada a necessária qualificação.

§ 3º. Convite é a modalidade de licitação entre, no mínimo, 3(três) interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos pela unidade administrativa.

§ 4º. Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico ou artístico, mediante a instituição de prêmios aos vencedores.

§ 5º. Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens inservíveis para a Administração, ou de produtos legalmente apreendidos, a quem oferecer maior lance, igual ou superior ao da avaliação.

Art. 21. As modalidades de licitação, a que se referem os itens I a III do artigo anterior, serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:
a) convite - até Cz$ 1.500.000,00
b) tomada de preços - até Cz$ 15.000.000,00
c) concorrência - acima de Cz$ 15.000.000,00

II - para compras e serviços não referidos no item anterior:

a) convite - até Cz$ 350.000,00
b) tomada de preços - até Cz$ 10.000.000,00
c) concorrência - acima de Cz$ 10.000.000,00

§ 1º. A concorrência é a modalidade de licitação cabível na compra ou alienação de bens imóveis, e nas concessões de uso, de serviço ou de obra pública, bem como nas licitações internacionais, qualquer que seja o valor de seu objeto.

§ 2º. Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e em qualquer caso, a concorrência.

§ 3º. As compras eventuais de gêneros alimentícios perecíveis, em centro de abastecimento, poderão ser realizadas diretamente com base no preço do dia.

Art. 22. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia até Cz$ 100.000,00;

II - para outros serviços e compras até Cz$ 15.000,00 e para alienações, nos casos previstos neste Decreto-lei;

III -nos casos de guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública;

IV - nos casos de emergência, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;

V - quando houver comprovada necessidade e conveniência administrativa na contratação direta, para complementação de obra, serviço ou fornecimento anterior, observado o limite previsto no artigo 55 e seu § 1º;

VI - quando não acudirem interessados à licitação anterior, e esta não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas neste caso as condições preestabelecidas;

VII - quando a operação envolver concessionário de serviço público e o objeto do contrato for pertinente ao da concessão;

VIII - quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;

IX - quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos estatais incumbidos do controle oficial de preços, casosem que, observado o parágrafo único do artigo 38, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços

X - quando a operação envolver exclusivamente pessoas jurídicas de direito público interno, ou entidades paraestatais ou, ainda, aquelas sujeitas ao seu controle majoritário, exceto se houver empresas privadas, que possam prestar ou fornecer os

mesmos bens ou serviços, hipótese em que todas ficarão sujeitas a licitação;

XI - para a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros padronizados ou uniformizados, por órgão oficial, quando não for possível estabelecer critério objetivo para o julgamento das propostas.

Parágrafo único. Não se aplica a exceção prevista no final do item X, deste artigo, no caso de fornecimento de bens ou prestação de serviços à própria Administração federal, por órgãos que a integrem, ou entidades paraestatais, criadas para esse fim específico, bem assim no caso de fornecimento de bens ou serviços sujeitos a preço fixo ou tarifa, estipulados pelo Poder Público.

Art. 23. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no artigo 12, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização;

III - para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

IV - para a compra ou locação de imóvel destinado ao serviço público, cujas necessidades de instalação ou localização condicionem a sua escolha;

V - para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade;

§ 1º. É vedada a licitação quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, a juízo do Presidente da República.

§ 2º. Ocorrendo a rescisão prevista no artigo 68, é permitida a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, desde que atendidas a ordem de classificação e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

Art. 24. As dispensas previstas nos incisos III a XI do artigo 22, a situação de inexigibilidade referida nos incisos I, II e III do artigo 23, necessariamente justificadas, e o parcelamento previsto no final do § 1º do artigo 7º, deverão ser comunicados, dentro de três dias, à autoridade superior, para ratificação, em igual prazo, como condição de eficácia dos atos.

Seção II
DA HABILITAÇÃO

Art. 25. Para a habilitação nas licitações, exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - capacidade jurídica;
II - capacidade técnica;
III - idoneidade financeira;
IV - regularidade fiscal.

§ 1º. A documentação relativa à capacidade jurídica, conforme o caso, consistirá em:

1. cédula de identidade;

2. registro comercial, no caso de empresa individual;

3. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

4. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5. decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

§ 2º. A documentação relativa à capacidade técnica, conforme o caso, consistirá em:

1. registro ou inscrição na entidade profissional competente;

2. comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação;

3. prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 3º. A documentação relativa à idoneidade financeira, conforme o caso, consistirá em:

1. demonstrações contábeis do último exercício que comprovem a boa situação financeira da empresa;

2. certidão negativa de pedido de falência ou concordata, ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou domicílio da pessoa física.

§ 4º. A documentação relativa à regularidade fiscal, conforme o caso, consistirá em:

1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

2. prova de quitação com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal ou outra equivalente, na forma da lei.

§ 5º. Os documentos referidos nos parágrafos anteriores poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

§ 6º. Em cada licitação poderá ser exigida, ainda, a relação de compromissos assumidos pelo interessado, que importem diminuição de capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira.

§ 7º. A documentação de que trata este artigo poderá ser dispensada nos casos de convite, leilão e concurso.

§ 8º. O certificado de registro cadastral a que se refere o § 1º do art. 29 deste Decreto-lei substitui os documentos enumerados neste artigo, obrigada a parte a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

§ 9º. A Administração poderá aceitar certificado de registro cadastral emitido por órgão ou entidade federal, desde que previsto no edital.

§ 10. As empresas estrangeiras que não funcionem no País atenderão, nas concorrências internacionais, as exigências dos parágrafos anteriores mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos Consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo estar consorciadas com empresas nacionais ou ter representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, hipótese em que será exigido, ainda, um índice de nacionalização do objeto do contrato, de percentual a critério da autoridade contratante.

§ 11. Havendo interesse público, empresas em regime de concordata poderão participar de licitação para compra;

§ 12. Não se exigirá prestação de garantia, para a habilitação de que trata este artigo, nem prévio recolhimento de taxas, ou emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, quando solicitado, com os seus elementos constitutivos.

§ 13. O disposto no § 2º do artigo 3º, no § 10 do artigo 25, no § 1º do artigo 26 e no parágrafo único do artigo 45, não se aplica às concorrências internacionais para a aquisição de bens ou serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo internacional, de que o Brasil faça parte, nem nos casos de contratação com empresa estrangeira, para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior, desde que para este caso tenha havido prévia autorização do Presidente da República.

Art. 26. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

I - comprovação do compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no edital;

III - apresentação dos documentos exigidos no artigo anterior, por parte de cada consorciada;

IV - impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

§ 1º. No consórcio de empresas nacionais e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa nacional, observado o disposto no inciso II deste artigo.

§ 2º. O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

Seção III
DOS REGISTROS CADASTRAIS

Art. 27. Para os fins deste Decreto-lei, os órgãos e entidades da Administração que realizem freqüentemente licitações manterão registros cadastrais para efeito de habilitação, atualizados pelo menos uma vez por ano, na forma regulamentar.

Parágrafo único: É facultado às unidades administrativas utilizar-se de registros cadastrais de outros órgãos ou entidades federais.

Art. 28. Ao requerer inscrição no cadastro, a qualquer tempo, o interessado fornecerá os elementos necessários à satisfação das exigências do art. 25.

Art. 29. Os inscritos serão classificados por categorias, tendo-se em vista sua especialização, subdivididos em grupos, segundo a capacidade técnica e financeira, avaliada pelos elementos constantes da documentação relacionada no art. 25.

§ 1º. Aos inscritos será fornecido certificado, renovável sempre que se atualizar o registro.

§ 2º. A atuação do licitante no cumprimento de obrigações assumidas será anotada no respectivo registro cadastral.

Art. 30. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências do art. 25 deste Decreto-lei, ou as estabelecidas para a classificação cadastral.

Seção IV
DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

Art. 31. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa e ao qual serão juntadas oportunamente:

I - edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso;

II - comprovante das publicações do edital resumido, da comunicação às entidades de classe ou da entrega do convite;

III - original das propostas e dos documentos que as instruírem;

IV - atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora;

V - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação;

VI - atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação;

VII - recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões;

VIII - despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso;

IX - termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

X - outros comprovantes de publicações;

XI - demais documentos relativos à licitação.

Parágrafo único. As minutas dos editais de licitação, bem como dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinados pelo órgão competente da Advocacia Consultiva da União.

Art. 32. O edital conterá, no preâmbulo, o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada, a finalidade da licitação, a menção de que será regida por este Decreto-lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

II - prazo e condições para a assinatura do contrato ou retirada do instrumento, previsto no artigo 54, execução do contrato e entrega do objeto da licitação;

III - sanções para o caso de inadimplemento;

IV - condições de pagamento, e, quando for o caso, de reajustamento de preços;

V - condições de recebimento do objeto da licitação;

VI - condições para participação na licitação e forma de apresentação das propostas;

VII - critério para o julgamento;

VIII - local e horário em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação;

IX - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

§ 1º. O original do edital deverá ser datado e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraindo-se as cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação.

§ 2º. O edital de concorrência, ressalvada a hipótese do artigo 19, será publicado, no Diário Oficial da União, em resumo, durante três dias consecutivos, com a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral e todas as informações sobre o objeto da licitação, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da concorrência, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.

§ 3º. A Administração nas compras, para entrega futura, obras e serviços de grande vulto ou complexidade, pode estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo registrado e realizado, ou de patrimônio líquido mínimo, como dado objetivo de comprovação da idoneidade financeira das empresas licitantes e para efeito de garantia do adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 4º. O Poder Executivo definirá em ato próprio, o grau de complexidade e o volume da operação, a que se refere o parágrafo anterior, bem assim os limites máximos exigíveis, a fim de que não se frustre a competividade do procedimento licitatório.

§ 5º. O prazo mínimo será de trinta dias para concorrência e concurso, de quinze dias para tomada de preços e leilão, contado da primeira publicação do edital, e de três dias úteis para convite.

§ 6º. O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido, a que se refere o § 3º deste artigo, não poderá exceder a 10% do valor estimado da contratação nem ao limite estabelecido na alínea "b" do item I do artigo 21.

Art. 33. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, a que se acha estritamente vinculada.

§ 1º. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos do edital de licitação aquele que, tendo-o aceito sem objeção, venha a apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades, que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

§ 2º. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.

Art. 34. Nas concorrências de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.

Art. 35. A concorrência será processada e julgada com observância do seguinte procedimento:

I - abertura dos envelopes "documentação" e sua apreciação;

II - devolução dos envelopes "proposta", fechados, aos concorrentes inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

III - abertura dos envelopes "proposta" dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

IV - classificação das propostas;

V - deliberação pela autoridade competente.

§ 1º. A abertura dos envelopes "documentação" e "proposta" será realizada sempre em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes, facultativamente, e pela Comissão.

§ 2º. Todos os documentos e envelopes "proposta" serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão.

§ 3º. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da concorrência, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

§ 4º. O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao concurso, ao leilão, à tomada de preços e ao convite, facultada, quanto a este último, a publicação no Diário Oficial da União.

§ 5º. Ultrapassada a fase de habilitação (ítens I e II) e abertas as propostas (item III), não mais cabe desclassifi-

cá-las, por motivo relacionado com capacidade jurídica, capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes, ou só conhecidos após o julgamento.

Art. 36. No julgamento das propostas, a comissão levará em consideração os seguintes fatores:

I - qualidade;

II - rendimento;

III - preço;

IV - prazo;

V - outros previstos no edital ou no convite.

§ 1º. Será obrigatória a justificação escrita da Comissão Julgadora ou do responsável pelo convite, quando não for escolhida a proposta de menor preço.

§ 2º. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital ou no convite, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

§ 3º. Não se admitirá proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

Art. 37. O julgamento das propostas será objetivo, devendo, a Comissão de Licitação ou o responsável pelo convite, realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação:

I - a de menor preço;

II - a de melhor técnica;

III - a de técnica e preço; e

IV - a de preço-base, em que a Administração fixe um valor inicial e estabeleça, em função dele, limites mínimo e máximo de preços, especificados no ato convocatório.

Art. 38. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação:

II - as propostas com preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis.

Parágrafo único. Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 dias úteis para apresentação de outras escoimadas das causas referidas neste artigo.

Art. 39. A Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros.

§ 1º. A anulação do procedimento licitatório, por motivo de ilegalidade, não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 49.

§ 2º. A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato.

Art. 40. A Administração não poderá celebrar o contrato, sob pena de nulidade, com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório.

Art. 41. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por uma comissão, permanente ou especial, de, no mínimo, três membros.

§ 1º. No caso de convite, a comissão julgadora poderá ser substituída por servidor designado pela autoridade competente.

§ 2º. A comissão para julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, será integrada por profissionais legalmente habilitados, no caso de obras, serviços ou aquisição de equipamentos.

§ 3º. Enquanto não nomeada a Comissão Julgadora, incumbirá à autoridade que expediu o edital prestar os esclarecimentos que forem solicitados.

§ 4º. A investidura dos membros das Comissões Permanentes não excederá de um ano, vedada a recondução, para a mesma Comissão, no período subseqüente.

Art. 42. O concurso, a que se refere o § 4º do artigo 20, deve ser precedido de regulamento próprio, a ser obtido pelos interessados no local indicado no edital.

§ 1º. O regulamento deverá indicar:

I - a qualificação exigida dos participantes;

II - as diretrizes e a forma de apresentação do trabalho;

III - as condições de realização do concurso e os prêmios a serem concedidos.

§ 2º. Em se tratando de projeto, o vencedor deverá autorizar a Administração a executá-lo quando julgar conveniente, mediante licitação, da qual poderá participar o seu autor.

Art. 43. O leilão, a que se refere o § 5º do artigo 20, pode ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela Administração, procedendo-se na forma da legislação pertinente.

§ 1º. Todo bem a ser leiloado será previamente avaliado pela Administração, para base do preço inicial de venda.

§ 2º. Os bens arrematados serão pagos à vista, ou no percentual estabelecido no edital, e imediatamente entregues ao arrematante, após a assinatura da respectiva ata lavrada no local do leilão.

§ 3º. O edital de leilão deve ser amplamente divulgado, principalmente no município em que se vai realizar.

CAPÍTULO III

DOS CONTRATOS

Seção I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 44. Os contratos administrativos de que trata este Decreto-lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, disposições de direito privado.

§ 1º. Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

§ 2º. Os contratos que dispensam licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da proposta, quando for o caso.

Art. 45. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, e quando for o caso os critérios de reajustamento;

IV - os prazos de início, de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - a indicação dos recursos para atender às despesas;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - as responsabilidades das partes, penalidades e valor da multa;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 67;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso.

Parágrafo único. Nos contratos celebrados pela União Federal ou suas autarquias, com pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no estrangeiro deverá constar, necessariamente, cláusula que declare competente o foro do Distrito Federal para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 13 do artigo 25, permitido nesses casos o juízo arbitral.

Art. 46. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

§ 1º. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades:

1. caução em dinheiro, em títulos da dívida pública da União ou, fidejussória;

2. fiança bancária;

3. seguro-garantia;

§ 2º. As garantias a que se referem os números 1 e 2 do parágrafo anterior, quando exigidas, não excederão de 5% do valor do contrato.

§ 3º. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato,

§ 4º. Nos casos de contrato, que importe entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, a garantia deverá corresponder ao valor desses bens, independentemente do limite referido no § 2º.

Art. 47. A duração dos contratos regidos por este Decreto-lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos, exceto quanto aos relativos:

I - a projetos ou investimentos incluídos em orçamento plurianual, podendo ser prorrogado se houver interesse da Administração, desde que isso tenha sido previsto na licitação e sem exceder de 5 anos ou do prazo máximo para tanto fixado em lei; e

II - a prestação de serviços a ser executada de forma contínua, podendo a duração estender-se ao exercício seguinte ao da vigência do respectivo crédito.

§ 1º. Os prazos de início, de etapas de execução, de conclusão e de entrega, admitem prorrogação a critério da Administração, mantidas as demais cláusulas do contrato, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

1. alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

2. superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

3. interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

4. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por este Decreto-lei (art. 55, § 1º);

5. impedimento de execução do contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência;

6. omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução do contrato.

§ 2º. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

§ 3º. O limite de cinco anos, a que se refere este artigo, não se aplica aos contratos de concessão de direito real de uso, de obra pública ou de serviço público, bem assim aos de locação de bem imóvel, para o serviço público.

Art. 48. O regime jurídico dos contratos administrativos, instituído por este Decreto-lei, confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I - modificá-los unilateralmente para melhor adequação às finalidades de interesse público;

II - extingüi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 69;

III - fiscalizar-lhes a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial, do ajuste.

Art. 49. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado, pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

Seção II
DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

Art. 50. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, que manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento público, de tudo juntando-se cópia no processo que lhes deu origem.

Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento.

Art. 51. Todo contrato deve mencionar, no preâmbulo, os nomes das partes e de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação ou da dispensa, a sujeição dos contratantes às normas deste Decreto-lei e às cláusulas contratuais.

§ 1º. A publicação resumida do instrumento de contrato, ou de seus aditamentos no Diário Oficial da União, que é condição indispensável para a sua eficácia, será providenciada pela Administração na mesma data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus.

§ 2º. É vedado atribuir efeitos financeiros retroativos aos contratos regidos por este Decreto-lei, bem assim às suas alterações, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de quem lhe deu causa.

§ 3º. O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos casos de extrema e comprovada urgência, se a eventual demora superior a 48 horas, para prévia celebração do contrato, puder acarretar danos irreparáveis à ordem coletiva, à saúde pública ou à segurança nacional, hipótese em que a sua formalização deverá ocorrer no primeiro dia útil subseqüente, convalidando a obra, a compra ou serviço cuja execução já se tenha porventura iniciado, pelo seu caráter inadiável.

Art. 52. O "termo de contrato" é obrigatório no caso de concorrência e no de tomada de preços, em que o valor do contrato exceda a Cz$ 2.000.000,00 e facultativo nos demais, em que a Administração poderá substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra" ou "ordem de execução de serviço".

§ 1º. Será fornecida aos interessados, sempre que possível, a minuta do futuro contrato.

§ 2º. Na "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis, aplica-se, no que couber, o disposto no artigo 45.

§ 3º. Aplica-se o disposto nos artigos 45, 48, 49, 50, 51 e demais normas gerais, no que couber:

a) aos contratos de seguro, de financiamento, de locação, em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por normas de direito privado;

b) aos contratos em que a União for parte, como usuária de serviço público.

§ 4º. É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compras, com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Art. 53. É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato celebrado e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada, mediante o pagamento dos emolumentos devidos.

Art. 54. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair do direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 73.

§ 1º. O prazo da convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso pela parte, e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

§ 2º. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o "termo de contrato" ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo 1º classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 71.

§ 3º. Decorridos 60 dias da data da abertura das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

Seção III
DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

Art. 55. Os contratos regidos por este Decreto-lei poderão ser alterados nos seguintes casos:

I - unilateralmente, pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual

em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por este Decreto-lei;

II - por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

d) para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

§ 1º. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% do valor inicial do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% para os seus acréscimos.

§ 2º. Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no parágrafo anterior.

§ 3º. No caso de supressão de obras ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição, regularmente comprovados.

§ 4º. No caso de acréscimo de obras, serviços ou compras, os aditamentos contratuais poderão ultrapassar os limites previstos no § 1º deste artigo, desde que não haja alteração do objeto do contrato.

§ 5º. Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 6º. Em havendo alteração unilateral do contrato, que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Seção IV

DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

Art. 56. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas deste Decreto-lei, respondendo cada qual pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

Art. 57. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado.

Parágrafo único. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 58. O contratado deverá manter no local da obra ou serviço, preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

Art. 59. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Art. 60. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Art. 61. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

§ 1º. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos referidos neste artigo, não transfere à Administração Pública a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

§ 2º. A Administração poderá exigir, também, seguro para garantia de pessoas e bens, devendo essa exigência constar do edital da licitação ou do convite.

Art. 62. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

Art. 63. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no artigo 59.

II - em se tratando de compras:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação.

§ 1º. Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

§ 2º. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

§ 3º. O prazo a que se refere a alínea "b", do inciso I, deste artigo, não poderá ser superior a cento e vinte dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital.

Art. 64. Poderá ser dispensado o recebimento provisório nos seguintes casos:

I - gêneros perecíveis, alimentação preparada e outros materiais, a critério da Administração;

II - serviços profissionais;

III - obras e serviços de valor até Cz$ 350.000,00, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Parágrafo único. Nos casos deste artigo, o recebimento será feito mediante recibo.

Art. 65. Salvo disposição em contrário, constante do edital, convite ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para boa execução do objeto do contrato, correm por conta do contratado.

Art. 66. A Administração rejeitará no todo ou em parte, obra, serviço, ou fornecimento, se em desacordo com o contrato.

Seção V

DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS

Art. 67. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 68. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital e no contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo único do artigo 57;

IX - a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;

X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da Administração, prejudique a execução do contrato;

XII - o protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizam a insolvência do contratado;

XIII - razões de interesse do serviço público;

XIV - a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido neste Decreto-lei (art. 55, § 1º);

XV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

XVI - o atraso superior a 90 dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de obras, serviços ou fornecimento já recebidos salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

XVII - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais.

XVIII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

Art. 69. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XIII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação processual.

§ 1º. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

§ 2º. No caso do inciso XIII do artigo anterior será o contratado ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, que houver sofrido, tendo, ainda, direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

Art. 70. A rescisão de que trata o inciso I do artigo anterior acarreta às seguintes conseqüências, sem prejuízo das sanções previstas neste Decreto-lei:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação;

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração.

§ 1º. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II fica a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º. É permitido à Administração, no caso de concordata do contratado, manter o contrato, assumindo o controle de determinadas atividades necessárias à sua execução.

§ 3º. Na hipótese do inciso II deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Ministro de Estado competente.

CAPÍTULO IV
DAS PENALIDADES

Art. 71. A recusa injusta do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades aludidas no artigo 73, ainda que não tenha sido caso de licitação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos licitantes convocados nos termos dos artigos 23, § 2º, e 54, § 2º, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições, inclusive quanto a prazo e preço, das propostas pelo primeiro adjudicatário.

Art. 72. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, fixada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º. A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Decreto-lei.

§ 2º. A multa será descontada dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Art. 73. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 dias úteis.

§ 3º. A sanção estabelecida no inciso IV é de competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 dias da abertura de vista.

Art. 74. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos por este Decreto-lei:

I - praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal, no recolhimento de quaisquer tributos;

II - praticarem atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

CAPÍTULO V
DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 75. Dos atos da Administração Federal decorrentes da aplicação deste Decreto-lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação;

d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 69, aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II - representação, no prazo de 5 dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - pedido de reconsideração, de decisão do Ministro de Estado no caso do § 3º do artigo 73, no prazo de 10 dias úteis da intimação do ato.

§ 1º. A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "b", "c" e "e", deste artigo, excluídos os de advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação no Diário Oficial da União.

§ 2º. O recurso previsto na alínea "a" do inciso I, deste artigo, terá efeito suspensivo. A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva, nos casos previsto nas alíneas "b" e "e", do inciso I, deste artigo.

§ 3º. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 dias úteis.

§ 4º. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de 5 dias úteis, contado do recebimento do recurso.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 76. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto-lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Art. 77. A Administração só pagará ou premiará projeto desde que o autor ceda os direitos patrimoniais a ele relativos e possa utilizá-lo de acordo com o previsto no regulamento de concurso ou no ajuste para sua elaboração.

Parágrafo único. Quando o projeto disser respeito a obra imaterial, de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

Art. 78. Quando o objeto do contrato interessar a mais de uma entidade pública, caberá ao órgão contratante, perante a entidade interessada, responder pela sua boa execução, fiscalização e pagamento.

Parágrafo único. Fica facultado à entidade interessada o acompanhamento da execução do contrato.

Art. 79. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por este Decreto-lei será feito pelo Tribunal de Contas da União, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nesta previsto.

§ 1º. Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas contra irregularidades na aplicação deste Decreto-lei, para fins do disposto neste artigo.

§ 2º. O Tribunal de Contas da União, no exercício de sua competência de controle da administração financeira e orçamentária (art. 70, §§ 1º e 3º da Constituição), poderá expedir instruções complementares, reguladores dos procedimentos licitatórios e dos contratos administrativos.

Art. 80. O sistema instituído neste Decreto-lei não impede a pré-qualificação de licitantes nas concorrências de grande vulto e alta complexidade técnica.

Parágrafo único. A utilização do sistema previsto neste artigo, por parte de órgãos ou entidades da Administração Federal, estará subordinada aos critérios fixados em Regulamento próprio, pelo Poder Executivo.

Art. 81. Os órgãos da Administração poderão expedir normas peculiares às suas obras, serviços, compras e alienações, observadas as disposições deste Decreto-lei.

Parágrafo único. As normas a que se refere este artigo, após aprovação ministerial, deverão ser publicadas no Diário Oficial da União.

Art. 82. Aplicam-se as disposições deste Decreto-lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, celebrados por órgãos e entidades da Administração.

Art. 83. As obras, serviços, compras e alienações realizados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Tribunal de Contas regem-se pelas normas deste Decreto-lei, no que couber.

Art. 84. A Administração promoverá, na forma a ser estabelecida em regulamento, cursos, conferências e palestras que visem a dirimir dúvidas e a fixar diretrizes para uniforme aplicação deste Decreto-lei, divulgando as decisões de conteúdo normativo.

Art. 85. Aplicam-se aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios as normas gerais estabelecidas neste Decreto-lei.

Parágrafo único. As entidades mencionadas neste artigo não poderão:

a) ampliar os casos de dispensa, de inexigibilidade e de vedação de licitação, nem os limites máximos de valor fixados para as diversas modalidades de licitação;

b) reduzir os prazos de publicidade do edital ou do convite, nem os estabelecidos para a interposição e decisão de recursos.

Art. 86. As sociedades de economia mista, empresas e fundações públicas e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, e pelas entidades referidas no artigo anterior, até que editem regulamentos próprios, devidamente publicados, com procedimentos seletivos simplificados e observância dos princípios básicos da licitação, inclusive as vedações contidas no parágrafo único do artigo 85, ficarão sujeitas às disposições deste Decreto-lei.

§ 1º. Os órgãos públicos e as sociedades ou entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público, para as aquisições de equipamentos e materiais e realização de obras e serviços, com base em política industrial e de desenvolvimento tecnológico ou setorial do Governo Federal, poderão adotar modalidades apropriadas, observados, exclusivamente, as diretrizes da referida política e os respectivos regulamentos.

§ 2º. Os regulamentos a que se refere este artigo, no âmbito da Administração Federal, após aprovados pela autoridade de nível ministerial a que estiverem vinculados os respectivos órgãos, sociedades e entidades, deverão ser publicados no Diário Oficial da União.

Art. 87. O Poder Executivo fica autorizado a rever, periodicamente, os valores fixados nos arts. 16, 21, 22, 52 e 64 deste Decreto-lei.

Parágrafo único. Os valores referidos neste artigo, independentemente da revisão nele autorizada, serão automaticamente corrigidos, a partir do primeiro dia útil de cada trimestre civil, a iniciar-se pelo de outubro a dezembro de 1 987, tomando-se por base a variação das Obrigações do Tesouro Nacional, em comparação com a vigorante na data de vigência deste Decreto-lei, desprezada no resultado final a fração inferior a Cz$ 1.000,00.

Art. 88. O disposto neste Decreto-lei não se aplica às licitações e aos contratos, instauradas e assinados anteriormente à sua vigência.

Parágrafo único. Os contratos relativos a imóveis do patrimônio da União continuam a reger-se pelas disposições do Decreto-lei nº 9 760, de 5 de setembro de 1 946, com suas alterações, e os relativos a operações de crédito interno ou externo celebrados pela União ou a concessão de garantia do Tesouro Nacional continuam regidos pela legislação pertinente, aplicando-se este Decreto-lei, no que couber.

Art. 89. Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 90. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as do Código da Contabilidade Pública da União referentes a licitação e contratos; o artigo 1º do Decreto-lei 185, de 23 de fevereiro de 1967; os artigos 125 a 144 do Decreto-lei 200, de 27 de fevereiro de 1967; a Lei 5.456, de 20 de junho de 1968; o artigo 1º da Lei 5.721, de 26 de outubro de 1971; e a Lei 6.946, de 17 de setembro de 1981.

Brasília, 21 de novembro de 1 986; 165º da Independência e 98º da República.

JOSÉ SARNEY
Paulo Brossard
Aluizio Alves

(*) Republicado de acordo com o artigo 2º do Decreto-lei nº 2.360, de 16 de setembro de 1987.

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO

DECRETO Nº 10.747, DE 11 DE SETEMBRO DE 1987

Altera o orçamento da Fundação Educacional do Distrito Federal-FEDF.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 107, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o art. 44, item I, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 10.046, de 31 de dezembro de 1986, e o que consta no Processo nº 00082.005360/87,

DECRETA:

Art. 1º — Fica alterada na forma dos quadros anexos, o orçamento da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1987

99º da República e 28º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

(Republicado por haver saído com incorreção do original, no DODF nº 172, de 11.09.87, pág. 06)

ANEXO AO DECRETO Nº 10.747 DE 11 DE SETEMBRO DE 1987.

QUADRO DE ORÇAMENTO SINTÉTICO Nº 01 05ª Alteração

46000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
46001 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL -FEDF

EXERCÍCIO DE 1.987 Em CZ$ 1,00

RECEITA			DESPESA	
CATEGORIA ECONOMICA - FONTE			FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - PROJETO - ATIVIDADE	
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	3.308.847.332,00	FUNÇÃO 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA	3.448.140.593,00
1400.00.00	RECEITAS AGROPECUÁRIAS	14.800,00	PROGRAMA 07 - ADMINISTRAÇÃO	900.741.085,00
1600.00.00	RECEITAS DE SERVIÇOS	2.720.000,00	SUBPROGRAMA 021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	900.741.085,00
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.282.915.668,00	2.038 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADM. DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL	900.741.085,00
1710.00.00	TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS	3.282.915.668,00	PROGRAMA 10 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	70.000,00
1712.00.00	TRNASF. DO DISTRITO FEDERAL	3.282.915.668,00	SUBPROGRAMA 054 - PESQUISA FUNDAMENTAL	70.000,00
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	23.196.864,00	1.084 - DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS	70.000,00
1980.00.00	RECEITAS DE CONVÊNIOS	18.321.360,00		
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	4.875.504,00	PROGRAMA 42 - ENSINO DE PRIMEIRO GRAU	1.723.923.628,00
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAIS	132.237.704,00	SUBPROGRAMA 188 - ENSINO REGULAR	1.723.923.628,00
2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	1.124.472,00	1.074 - CONSTRUÇÃO, REPARO E ADAPTAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES DE PRIMEIRO GRAU	129.384.225,00
2210.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.124.472,00	2.039 - COORD. E MAN. DO ENSINO DE PRIM. GRAU	1.594.539.403,00
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	73.666.000,00	PROGRAMA 43 - ENSINO DE SEGUNDO GRAU	789.360.400,00
2410.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	73.666.000,00	SUBPROGRAMA 188 - ENSINO REGULAR	776.477.400,00
2412.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO DISTRITO FEDERAL	73.666.000,00	2.040 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU	776.477.400,00
2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	57.447.232,00	SUBPROGRAMA 199 - ENSINO POLIVALENTE	12.883.000,00
2530.00.00	RECEITAS DE CONVÊNIOS	57.447.232,00	1.079 - CONSTRUÇÃO, REPARO E ADAPTAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES DE SEGUNDO GRAU	12.883.000,00
	SUPERÁVIT FINANCEIRO/86	7.055.557.00	PROGRAMA 45 - ENSINO SUPLETIVO	306.000,00
			SUBPROGRAMA 217 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	306.000,00
			1.156 - PROGRAMA DE ESCOLA COMUNITÁRIA NAS CIDADES SATÉLITES	306.000,00
			PROGRAMA 47 - ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS	47.000,00
			SUBPROGRAMA 236 - LIVRO DIDÁTICO	47.000,00
			1.081 - PROGRAMA DO LIVRO DIDÁTICO	47.000,00
			PROGRAMA 75 - SAÚDE	33.692.480,00
			SUBPROGRAMA 427 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	32.069.000,00
			1.082 - DISTRIBUIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	32.069.000,00
			SUBPROGRAMA 428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA	1.623.480,00
			1.034 - PROGRAMA INTEGRADO DE SAÚDE ESCOLAR	1.623.480,00
TOTAL		3.448.140.593,00	TOTAL	3.448.140.593,00

ANEXO AO DECRETO Nº 10.747 DE 11 DE SETEMBRO DE 1987.
QUADRO DE ORÇAMENTO SINTÉTICO Nº 02 05ª Alteração

46000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
46001 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FEDF EXERCÍCIO DE 1.987 Em Cz$ 1,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTES DE RECURSOS					
		PRÓPRIAS FT-020	CONVÊNIOS FT-023	G.D.F. FT-000	PARTICIPAÇÃO REC. DA UNIÃO	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO FT-009	TOTAL
2.038	MANUT. DOS SERVIÇOS ADM. DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL	7.737.296,00	1.111.789,00	1.060.000,00	6.295.000,00	884.537.000,00	900.741.085,00
2.039	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU	62.000,00	32.799.403,00	1.600.000,00	83.150.000,00	1.476.928.000,00	1.594.539.403,00
2.040	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU	- 0 -	6.857.400,00	700.000,00	2.882.000,00	766.038.000,00	776.477.400,00
1.034	PROGRAMA INTEGRADO DE SAÚDE ESCOLAR	935.480,00	- 0 -	- 0 -	688.000,00	- 0 -	1.623.480,00
1.074	CONST.REP. E Adapt.DE PRÉD. ESCOLARES DE PRIMEIRO GRAU.	7.055.557,00	25.000.000,00	6.200.000,00	91.128.668,00	- 0 -	129.384.225,00
1.079	CONST.REP. E ADAPT.DE PRÉD. ESCOLARES DE SEGUNDO GRAU	- 0 -	10.000.000,00	- 0 -	2.883.000,00	- 0 -	12.883.000,00
1.081	PROGRAMA DO LIVRO DIDÁTICO	- 0 -	- 0 -	- 0 -	47,000,00	- 0 -	47.000,00
1.082	DISTRIBUIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	- 0 -	- 0 -	- 0 -	32.069.000,00	- 0 -	32.069.000,00
1.084	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS	- 0 -	- 0 -	- 0 -	70.000,00	- 0 -	70.000,00
1.156	PROGRAMA DE ESC.COMUNITÁRIA NAS CIDADES SATÉLITES	- 0 -	- 0 -	- 0 -	306.000,00	- 0 -	306.000,00
	TOTAL	15.790.333,00	75.768.592,00	9.560.000,00	219.518.668,00	3.127.503.000,00	3.448.140.593,00

ANEXO AO DECRETO Nº 10.747 DE 11 DE SETEMBRO DE 1987.
QUADRO DE ORÇAMENTO SINTÉTICO Nº 03 5ª Alteração

46000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
46001 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FEDF EXERCÍCIO DE 1.987 Em Cz$ 1,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
2.038	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADM. DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL	3.1.1.1-01	009	798.284.205,00	
		3.1.1.1-02	009	17.651.795,00	
		3.1.1.1-02	020	332.567,00	
		3.1.1.3	009	68.590.000,00	
		3.1.1.3	020	34.483,00	
		3.1.2.0	002	2.559.000,00	
		3.1.2.0	020	553.000,00	
		3.1.2.0	023	703.528,00	
		3.1.3.1	002	30.000,00	
		3.1.3.1	020	147.476,00	
		3.1.3.1	023	199.000,00	
		3.1.3.2	000	260.000,00	
		3.1.3.2	002	1.765.000,00	
		3.1.3.2	020	5.471.863,00	
		3.1.3.2	023	122.000,00	
		3.1.9.2	002	6.000,00	
		3.1.9.2	020	200.000,00	
		3.2.5.3	009	11.000,00	
		3.2.8.0	000	800.000,00	
		3.2.8.0	002	1.935.000,00	
		4.1.2.0	020	577.907,00	
		4.1.2.0	023	87.261,00	
		4.2.5.0	020	420.000,00	900.741.085,00
2.039	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU	3.1.3.1-01	009	1.324.626.657,00	
		3.1.1.1-02	009	29.288.343,00	
		3.1.1.3	009	123.013.000,00	
		3.1.2.0	003	28.146.000,00	
		3.1.2.0	023	9.016.826,00	
		3.1.3.1	003	22.000,00	
		3.1.3.1	020	62.000,00	
		3.1.3.1	023	2.969.586,00	
		3.1.3.2	002	2.299.000,00	
		3.1.3.2	003	40.220.980,40	
		3.1.3.2	023	1.619.020,00	
		3.1.9.2	003	4.000,00	
		3.2.8.0	000	1.600.000,00	
		3.2.8.0	003	3.458.019,60	
		4.1.2.0	003	9.000.000,00	
		4.1.2.0	023	19.193.971,00	1.594.539.403,00
2.040	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU	3.1.1.1-01	009	682.065.985,00	
		3.1.1.1-02	009	15.081.115,00	
		3.1.1.3	009	68.890.900,00	
		3.1.2.0	002	1.029.000,00	
		3.1.2.0	023	2.314.250,00	

ANEXO AO DECRETO Nº 10.747 DE 11 DE SETEMBRO DE 1987.
QUADRO DE ORÇAMENTO SINTÉTICO Nº 03 05ª Alteração

46000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
46001 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FEDF EXERCÍCIO DE 1.987 Em Cz$ 1,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
		3.1.3.1	023	845.000,00	
		3.1.3.2	002	1.132.000,00	
		3.1.3.2	023	367.150,00	
		3.2.8.0	000	700.000,00	
		3.2.8.0	002	721.000,00	
		4.1.2.0	023	3.331.000,00	776.477.400,00
1.034	PROGRAMA INTEGRADO DE SAÚDE ESCOLAR	3.1.2.0	002	639.000,00	
		3.1.2.0	020	758.915,00	
		3.1.3.2	002	49.000,00	
		3.1.3.2	020	50.000,00	
		4.1.2.0	020	126.565,00	1.623.480,00
1.074	CONSTRUÇÃO REPARO E ADAPTAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES DE PRIMEIRO GRAU	3.1.2.0	003	12.263.000,00	
		3.1.3.2	000	6.200.000,00	
		3.1.3.2	003	14.199.668,00	
		4.1.1.0	003	64.666.000,00	
		4.1.1.0	020	7.055.557,00	
		4.1.1.0	023	10.000.000,00	
		4.1.1.0	23/83	14.000.000,00	
		4.1.2.0	23/83	1.000.000,00	129.384.225,00
1.079	CONSTRUÇÃO REPARO E ADAPTAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES DE SEGUNDO GRAU	3.1.2.0	002	927.000,00	
		3.1.3.2	002	1.956.000,00	
		3.1.3.2	23/74	165.000,00	
		4.1.1.0	23/74	9.835.000,00	12.883.000,00
1.081	PROGRMA DO LIVRO DIDÁTICO	3.1.2.0	002	47.000,00	47.000,00
1.082	DISTRIBUIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	3.1.2.0	003	26.883.000,00	
		3.1.3.2	003	5.186.000,00	32.069.000,00
1.084	DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS	3.1.2.0	003	10.000,00	
		3.1.3.1	003	15.000,00	
		3.1.3.2	003	45.000,00	70.000,00
1.156	PROGRAMA DE ESCOLA COMUNITÁRIA NAS CIDADES SATÉLITES	3.1.2.0	002	258.000,00	
		3.1.3.1	002	21.000,00	
		3.1.3.2	002	27.000,00	306.000,00

PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	T O T A L
3.127.870.050,00	180.977.282,00	139.293.261,00	3.448.140.593,00

DECRETO N.o 10.760, **DE** 17 **DE** setembro **DE** 19 87

Reajusta os atuais valores dos vencimentos, salários, soldos, pensões e proventos dos servidores civis e militares do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

considerando que a data base para reajustamento dos salários e vencimentos dos servidores públicos do Distrito Federal é 1º de janeiro;

considerando a variação percentual da Unidade de Referência de Preços (URP), calculada com base no § 1º, do art. 3º, do Decreto-lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987; e

considerando, ainda, o disposto nos §§ 1º e 4º, do art. 8º, do mencionado Decreto-lei,

D E C R E T A :

Art. 1º - Os atuais valores dos vencimentos, salários, soldos, proventos, gratificações, representação mensal, salário-família estatutário e das funções de assessoramento superior (FAS) dos servidores civis e militares do Distrito Federal, bem como os das pensões, vigentes em 1º de setembro de 1987, ficam reajustados em 6,27% (seis vírgula vinte e sete por cento), a partir da mesma data, com base no Decreto-lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987.
99º da República e 28º de Brasília.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

PAULO CARVALHO XAVIER

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO N.o 10.761 DE 17 DE setembro DE 19 87

Extingue o Grupo de Estudos e Controle Tarifário.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e

Considerando representação do Presidente do Grupo de Estudos e Controle Tarifário que propõe sua extinção, em virtude das determinações do Decreto-lei nº 2.335/87;

Considerando ainda a Portaria Interministerial nº 05/87 que atribuiu ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente a fixação de valores de reajustamento da tarifa para os serviços públicos de saneamento;

Considerando, por isso mesmo, que o Grupo de Estudos e Controle Tarifário perdeu justificativa e finalidade,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica extinto o Grupo de Estudos e Controle Tarifário instituído pelo Decreto nº 10.201, de 25 de março de 1987.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de setembro de 1987
99º da República e 28º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

SECRETARIA DO GOVERNO

ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 15 DE SETEMBRO DE 1987

O ADMINISTRADOR DO SETOR RESIDENCIAL INDUSTRIA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no item I, alínea "a", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR PAULO NEVES, Agente de Cinefotografia e Microfilmagem, matrícula 7.872-7, Código NM-813.4, Referência NM-28, para exercer a função de Chefe da Seção Operacional, Código DAI-111.3-M, da Divisão de Desporto, Lazer e Turismo da Administração do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento.

Brasília-DF, 15 de setembro de 1987

DIVINO ALVES DOS SANTOS

ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NUCLEO BANDEIRANTE

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE SETEMBRO DE 1987

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no item I, alínea "b", da Portaria nº 03/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR ELISA YOHIE OKIDA, Agente de Serviço de Engenharia, matrícula 24.694-8, Código LT-NM-808, Classe "S", Referência NM-30, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para substituir MARCIA MARIA BRAGA R.MUNIZ, Diretora da DRLFO, matrícula 24.379-5, Código DAS-101.2, por motivo de férias do titular, no período de 11 de setembro a 10 de outubro de 1987.

Núcleo Bandeirante, 14 de setembro de 1987

PAULO CEZAR GONTIJO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 01 DE SETEMBRO DE 1987

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "b", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR ADALÍCIO ANTONIO DE OLIVEIRA, Artífice de Carpintaria e Marcenaria, matrícula 14644-7, Código Art-503.S, Classe "S", Referência NM-30, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir JOÃO BATISTA DE MOURA, Chefe da Seção de Obras e Reparos/DOP, Código DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares, relativas ao exercício de 1986, no período de 08.09 a 07.10.87.

Taguatinga-DF, 01 de setembro de 1987

ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE SETEMBRO DE 1987

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no item I, alínea "b", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR MARIA ABADIA ALVES MARQUES FRANÇA, Agente de Serviços de Engenharia, matrícula 24.708-1, Código LT-NM-808.D, Classe "D", Referência NM-24, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para substituir RAIMUNDO NASCIMENTO BARROS, Chefe da Seção de Arquivo Técnico-DRLFO, matrícula 11.854-0, Código DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares, relativas ao exercício de 1987, no período de 08.09 a 07.10.87.

Taguatinga-DF, 04 de setembro de 1987

ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE SETEMBRO DE 1987

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 36 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 5164, de 21 de março de 1980 e nos termos do Decreto-lei nº 1883, de 02 de setembro de 1981,

RESOLVE:

CONCEDER aos servidores JOSÉ OSMAR TEIXEIRA, Código SA-401.S, Referência NM-32, matrícula nº 09689-X, JOSÉ EXPEDITO DE SANTANA, Código SA-401.S, Referência NM-31, matrícula nº 09938-4 e BERTRAND PIRES MILFONT, Código SA-401.S, Referência NM-32, matrícula nº 15085-1, lotados no Posto de Abastecimento-DAG, Lavagem,

Manutenção e Lubrificação de Veículos, Adicional de Periculosidade, Operação Perigosa, 30%, previsto no Decreto-lei acima mencionado, a partir de 1° de setembro de 1987.

Taguatinga-DF, 08 de setembro de 1987

ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO

ADMINISTRAÇÃO DE CEILÂNDIA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE SETEMBRO DE 1987

O ADMINISTRADOR DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no item I, alínea "a", da Portaria n° 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DISPENSAR, a partir de 01.09.87, por motivo de aposentadoria, VALDEMIRO SILVA RIBEIRO, Agente de Serviços de Engenharia, matrícula n° 09.133-2, Código NM-808. S, Referência NM-32, da função de Chefe da Seção de Bancas, Jornais e Revistas, Código DAI-111.3, da Divisão de Serviços Públicos, da Administração de Ceilândia, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Ceilândia, 04 de setembro de 1987

CLARINDO CARLOS DA ROCHA

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE SETEMBRO DE 1987

O ADMINISTRADOR DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "b", da Portaria n° 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 02.09.87, LECI FERREIRA DE ALMEIDA, Agente de Serviços de Engenharia, matrícula 26.948.4, Código LT-NM-808.C, Classe "C", Referência NM-16, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para substituir ELIEZER MARQUES RIBEIRO, Chefe da Seção de Administração de Feiras-DAF/ACEI, matrícula 18.777.1, Código LT-DAI.111.3, em razão de o titular estar respondendo pela Divisão de Administração de Feiras, a partir de 02.09.87, até a designação do novo titular da DAF.

Ceilândia-DF, 04 de setembro de 1987

CLARINDO CARLOS DA ROCHA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 03 DE SETEMBRO DE 1987

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "b", da Portaria n° 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR AURÉLIO RIBEIRO DE ARAÚJO, Artífice de Carpintaria e Marcenaria, matrícula 01.040-5, Código Art-503.C, Classe "C", Referência 18M do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir SEVERINO BEZERRA DE SOUSA, Diretor da Divisão de Serviços Públicos, matrícula 11.141-4 Código DAS-101.2, por motivo de férias regulamentares do titular, no período de 1° a 30 de setembro de 1987.

Brasília-DF, 03 de setembro de 1987

JOSÉ TOBIAS DE REZENDE

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 01 DE SETEMBRO DE 1987

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "b", da Portaria n° 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR ISAIAS SANTOS DA SILVA, Agente de Serviços de Engenharia, matrícula 00017-5, Código NM-808.S, Classe "S", Referência NM-32, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir JOAQUIM ALVES RODRIGUES, Encarregado de Turma de Conservação e Reparos, matrícula 09934-1, Código DAI.111.2, por motivo de licença para tratamento de Saúde, no período de 01 a 30 de setembro de 1987.

Sobradinho-DF, 01 de setembro de 1987

HIRAM FERREIRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE SETEMBRO DE 1987

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe confere o item IV, do artigo 22, do Regimento da Administração Regional, aprovado pelo Decreto n° 2.283, de 12 de junho de 1973,

RESOLVE:

ELOGIAR a servidora ANITA LUIZA SORDI, matrícula n° 07208-7, Administrador Código NS-715.C, desta Administração Regional, pela dedicação, zelo e desprendimento demonstrados no desempenho de suas atribuições funcionais, na atual gestão.

Sobradinho-DF, 11 de setembro de 1987

HIRAM FERREIRA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 15 DE JULHO DE 1987

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "a" da Portaria n° 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR, a contar de 16.07.87, JOAQUIM DE CASTRO NOGUEIRA, Agente Administrativo, matrícula 26.909-3, Código LT-SA.401.C, Referência NM-17, para exercer a função de Chefe da Seção de Material e Patrimônio, Código LT-DAI-111.3, da Divisão de Administração Geral, da Administração Regional de Planaltina, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Planaltina-DF, 15 de julho de 1987

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 15 DE JULHO DE 1987

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no item I, alínea "b", da Portaria n° 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR AILTON RICARDO DA SILVA, Motorista Oficial, matrícula 23.149-5, Código LT-TP-601, Classe "B", Referência NM-23, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para responder pela função de Diretor da Divisão de Desporto Lazer e Turismo/RA VI, Código LT-DAS-101.2, por motivo de vacância do cargo, no período de 16.07 a 16.08.87.

Planaltina-DF, 15 de julho de 1987

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 15 DE JULHO DE 1987

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "b", da Portaria n° 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR MIQUÉIAS CORDEIRO VIEIRA, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, matrícula 26.757-0, Código LT-NM-806, Classe "A",

Referência NM-01, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para substituir AILTON RICARDO DA SILVA, Chefe da Seção de Adm. Sedes/DAG, matrícula 23.149-5, Código LT-DAI.111.3, por motivo de o mesmo se encontrar substituindo o Diretor da DDLT/RA VI, no período de 16. a 30.07.87.

Planaltina-DF, 15 de julho de 1987

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE AGOSTO DE 1987

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no item I, alínea "b", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR SUELY MARIA DE SOUSA, Agente Administrativo, matrícula 25.084-8, Código LT-SA-401, Classe "C", Referência NM-25, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para responder pela função de Diretor da Divisão de Desporto Lazer e Turismo/RA VI, Código LT-DAS-101.2, por motivo de vacância do cargo, no período de 17.08.87 até a designação do titular.

Planaltina-DF, 17 de agosto de 1987

PEDRO MENDES

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE AGOSTO DE 1987

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "b", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR JANIR NUNES FERREIRA, Agente de Cinefot. e Microfilmagem, matrícula 04.013-4, Código NM-813, Classe "S", Referência NM-28, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para responder pelo Diretor da Divisão de Serviços Públicos/RA VI, Código DAS.101.2, por motivo de vacância do cargo, no período de 17.08.87, até a designação do titular.

Planaltina-DF, 17 de agosto de 1987

PEDRO MENDES

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE AGOSTO DE 1987

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "b", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR GESUINO ALEXANDRE BONFIM, Artífice de Manutenção e Restauração de Veículos, matrícula 25.276-X, Código LT-Art.502, Classe "B", Referência NM-14, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para substituir AILTON RICARDO DA SILVA, Chefe da Seção de Administração de Sedes/DAG, matrícula 23.149-5, Código LT-DAI.111.3, por motivo de férias regulamentares, no período de 01. a 30.09.87.

Planaltina-DF, 31 de agosto de 1987

PEDRO MENDES

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE AGOSTO DE 1987

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no item I, alínea "b", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR JOSÉ GOMES LIBERINO, Agente Administrativo, matrícula 01.408-7, Código SA-401, Classe "S", Referência NM-32, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir SILVIO DE CASTRO, Chefe do Serviço de Administração da Feira, matrícula 09.722-5, Código DAS-101.2, por motivo de férias regulamentares, no período de 01 a 30.09.87.

Planaltina-DF, 31 de agosto de 1987

PEDRO MENDES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COORDENAÇÃO NORMATIVA DOS SISTEMAS DE APOIO

ATOS DO COORDENADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

O COORDENADOR NORMATIVO DOS SISTEMAS DE APOIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi subdelegada pelo item I, alínea "a", da Portaria nº 11/83-SEA, de 28 de março de 1983,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos dos artigos 101, item III, e 165, item XX, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 30 de junho de 1981, no cargo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Código M-1001, nível 03, a LEONOR CURI ZARATTINI, matrícula nº 03.025-2, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens previstas no artigo 184, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, em consonância com a Lei nº 6.701, de 24 de outubro de 1979, acrescidos aos proventos a complementação salarial de que trata o artigo 29, e os incentivos funcionais previstos no artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, observando-se o limite constitucional, estabelecido no artigo 102, Parágrafo 2º.

SALVANDIR FERREIRA DE LIMA

SECRETARIA DE FINANÇAS

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE SETEMBRO DE 1987

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "a", da Portaria nº 001/83/SEF de 04 de janeiro de 1983 e tendo em vista o disposto no artigo 8º, do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, JOÃO FURTADO BARBOSA FILHO, Agente Administrativo, matrícula 14.917-9, Código SA-401.S, Referência NM-32, da função de Chefe da Seção de Comunicação Administrativa/DAG/SEF, Código DAI-111.3.M, da Divisão de Administração Geral-DAG/SEF.

Brasília, 16 de setembro de 1987

ONÉSIMO NOGUEIRA FILHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE SETEMBRO DE 1987

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "a", da Portaria nº 001/83/SEF de 04 de janeiro de 1983 e tendo em vista o disposto no artigo 8º, do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

Designar CLAUDIO MAGNO DE CASTRO CORTES, Agente Administrativo, matrícula 24.473-2, Código LT-SA-401, Referência 26, para exercer a função de Chefe da Seção de Comunicação Administrativa/DAG/SEF, Código DAI-111.3-M, da Divisão de Administração Geral DAG/SEF.

Brasília, 16 de setembro de 1987

ONÉSIMO NOGUEIRA FILHO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ATOS DO SECRETARIO

PORTARIA DE 10 DE AGOSTO DE 1987

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 37, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00.867/83-GDF,

RESOLVE:

1. Prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Tomada de Contas Especial de que trata o processo em referência.

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Brasília, 10 de agosto de 1987

FÁBIO VIEIRA BRUNO

PROCESSO Nº: 030.009854/87
INTERESSADO: NATHALIE HOBEICA

HOMOLOGO o Parecer nº 179/87-CEDF, de 03.09.87, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária da mesma data, cuja conclusão é pela declaração de equivalência do curso concluído por NATHALIE HOBEICA, na Academia das Antilhas e da Guiana, em Caiena, Guiana Francesa, ao de 2º Grau do Sistema de Ensino do Distrito Federal, para os exclusivos fins de prosseguimento de estudos.

Em 10.09.87

FÁBIO VIEIRA BRUNO
Secretário da Educação

ATOS DO CHEFE DO GABINETE

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE SETEMBRO DE 1987

O CHEFE DO GABINETE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item I, alínea "o", da Portaria nº 29/SE, de 21 de junho de 1985,

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido, a partir de 03 de agosto de 1987, FRANCISCA DA SILVA SERAFIM, Professora de Ensino de 1º e 2º Graus, Código M-1001, nível 3, matrícula nº 4947-9, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da função de Assistente de Câmara, Código DAI-112.3, do Conselho de Educação do Distrito Federal.

Brasília, 14 de setembro de 1987

MARIA MARTA CINTRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE SETEMBRO DE 1987

O CHEFE DO GABINETE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item I, alínea "o", da Portaria nº 29/SE, de 21 de junho de 1985,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Ordem de Serviço de 04.06.87, publicada no DODF nº 106, de 09.06.87, que designou LIBANIA LOPES CABEZON, matrícula nº 24.187-3, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-112.3-S, da Divisão de Pesquisa do Patrimônio, do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico, da Secretaria da Educação do Distrito Federal.

Brasília, 14 de setembro de 1987

MARIA MARTA CINTRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE SETEMBRO DE 1987

O CHEFE DO GABINETE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL,no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item I, alínea "o", da Portaria nº 29/SE, de 21 de junho de 1985,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Ordem de Serviço de 04.06.87, publicada no DODF nº 106, de 09.06.87, que designou SERGIO FERNANDES FERREIRA, matrícula nº 24.404-X, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-112.3-S, da Divisão de Proteção do Patrimônio, do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico, da Secretaria da Educação do Distrito Federal.

Brasília, 14 de setembro de 1987

MARIA MARTA CINTRA

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE SETEMBRO DE 1987

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item I, alínea "a", da Portaria nº 28/SE, de 21 de junho de 1985,

RESOLVE:

DESIGNAR MARIA DE FÁTIMA DA SILVA, Assistente da Divisão de Pesquisa do Patrimônio-DPP/DePHA/SE, matrícula 19.505-7, Código LT-DAI-112.3, Classe "C", Referência NM-26, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para substituir LÚCIA LEITE, Chefe da Seção de Expediente/DePHA/SE, matrícula 18.669-4, Código FC-05, por motivo de férias regulamentares, no período de 14 de setembro a 13 de outubro de 1987.

Brasília-DF, 14 de setembro de 1987

SILVIO CAVALCANTE

SECRETARIA DE SAÚDE

ATOS DO SECRETARIO

PORTARIA Nº 15/87-SES, DE 16 DE SETEMBRO DE 1987

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32, item XVIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.976, de 12 de agosto de 1975,

RESOLVE:

Constituir Grupo de Trabalho integrado pelos servidores ELIAS TAVARES DE ARAÚJO, Membro do Conselho de Saúde do Distrito Federal, NILMA RAMOS DE LIMA SILVA, Diretora do Núcleo de Planejamento da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, JULIVAL FAGUNDES RIBEIRO, Diretor do Hospital Regional de Ceilândia, LAURO SEABRA GUIMARÃES, Diretor do Hospital Regional de Taguatinga e JARBAS SILVA DEUSDARÁ, Diretor da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais/HRT, para, sob a Coordenação do primeiro, no prazo de 60 dias, elaborar Plano Diretor de Saúde, visando a expansão de unidades assistenciais às Cidades Satélites de Taguatinga e Ceilândia.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de setembro de 1987

LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA

INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
PT/GT-INSTERINSTITUCIONAL/INAMPS/SRDF/SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL Nº 02/87

Ass.: CRIA SUBGRUPO DE TRABALHO NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

O GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL, constituído pela PT/Conjunta nº 01/87-INAMPS/SRDF/SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item 03, da Portaria supramencionada e considerando a necessidade de constituir um subgrupo de trabalho na Área de Material,

RESOLVE:

1 — Designar os servidores abaixo relacionados para comporem Subgrupos de Trabalho destinados a procederem no prazo de 20 (vinte) dias, levantamento dos Bens Móveis em uso, nos Postos de Assistência Médica, sob a jurisdição da Superintendência Regional do INAMPS/DF na forma a seguir descriminada:

PAM-CENTRAL

Margarida Mª de Souza Lima,	mat. 412.266.6-INAMPS
Onofrina Conceição L. da Cunha,	mat. 316.622.8-INAMPS
Moacir Genoino Martins,	mat. 122.923.02-FHDF

PAM-TAGUATINGA

Corsino Rodrigues Batista,	mat. 337.883.7-INAMPS
Afonso Carlos M. Paraguassú,	mat. 400.059.5-INAMPS
João Pacheco de Lima,	mat. 114.091.04-FHDF

PAM-GUARÁ

Mª dos Remédios Silva Oliveira,	mat. 357.602.7-INAMPS
Edilberto Alencar Vieira,	mat. 406.491.7-INAMPS
Benedito Alves de Souza,	mat. 111.196.05-FHDF

PAM-SOBRADINHO

Newton Silva Castro,	mat. 343.483.4-INAMPS
Mª de Lourdes L. de A. Marques,	mat. 507.660.9-INAMPS
Manoel Pedro dos Santos,	mat. 22915.6-SES

PAM-PLANALTINA

	mat. 349.926.0-INAMPS
Alceu Rodrigues Costa,	mat. 513.463.3-INAMPS
Sueli Oliveira de Moura,	mat. 23241.6-SES
Jeová de Rezende Xavier,	

PAM-GAMA

Luiz Carlos da Rocha	mat. 357.594.2-INAMPS
Luiz Pereira Lima,	mat. 337.854.3-INAMPS
Wilson Szervinsks da Silva,	mat. 101.802.07-FHDF

PAM-CRISTALINA

Mª de Lourdes N. Araújo	mat. 435.947.0-INAMPS
Mª Luiza Siqueira Romão,	mat. 144.844.7-INAMPS
Wladimir Fantauzzi,	mat. 118.804.06-FHDF

2 — A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço Local do INAMPS/SRDF e no Diário Oficial do DF.

Brasília, 14 de setembro de 1987

CARLOS CESAR ALVES SANTOS
ANTONIO CARLOS PEREIRA
OWALDO ARANHA DE ABREU GONÇALVES

JOÃO BATISTA COUTO
Coordenador

INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

PT/GT-INTERINSTITUCIONAL/INAMPS/SRDF/SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL Nº 03/87

Ass .: CRIA SUBGRUPO DE TRABALHO NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

O GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL, constituído pela PT/Conjunta nº 01/87-INAMPS/SRDF/SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item 03, da Portaria supramencionada e considerando a necessidade de constituir um subgrupo de trabalho na Área de Serviços Gerais,

RESOLVE:

1 — Designar os servidores abaixo relacionados, sob a coordenação do primeiro, para comporem Subgrupo de Trabalho destinado a proceder no prazo de 10 (dez) dias, levantamento dos Imóveis Locados de Terceiros, Locação dos Serviços de Custódia Armada e Desarmada, Limpeza e Conservação, Serviços de Manutenção de Prédios e Equipamentos, bem como os custos de água, luz e telefone dos Postos de Assistência Médica sob a jurisdição da Superintendência Regional do INAMPS/DF.

ROSANE VIDOTTO,	mat. 361-965.6;
EMÍLIA DOMINGOS,	mat. 442-963.3;
JOSÉ AFONSO MENDES,	mat. 343.430-3.

2 — A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço Local do INAMPS/SRDF, e no Diário Oficial do Distrito Federal.

Brasília, 14 de setembro de 1987

CARLOS CESAR ALVES SANTOS
ANTONIO CARLOS PEREIRA
OWALDO ARANHA DE ABREU GONÇALVES

JOÃO BATISTA COUTO
Coordenador

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº: 030.010301/87
INTERESSADO: REFORMAS E DECORAÇÕES SOUZA LTDA — ME
ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DE DESPESA E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

Com base no inciso I, dos artigos 46, e 47, ambos das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, do Distrito Federal, aprovadas pelo Decreto nº 10.046, de 31 de dezembro de 1986, AUTORIZO a realização da despesa e determino a emissão da respectiva Nota de Empenho, no valor de Cz$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos cruzados), na Atividade 2.051 — COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE TRANSPORTES COLETIVOS, CONTROLE E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, Subelemento de despesa, 3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos, a favor da firma "REFORMAS E DECORAÇÕES SOUZA LTDA" — ME, objetivando o serviço de reforma em móveis desta Secretaria.

Em 31.08.87

DJAURO RAMOS DE OLIVEIRA
Secretário de Serviços Públicos
Substituto

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" Nº 046, DE 11 DE SETEMBRO DE 1987

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 30, inciso XXVIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

1. DESIGNAR, a partir desta data, o servidor ANTONIO ARAÚJO PONTES — Gerente de Transportes e Equipamentos, NÍVIO ARAÚJO PONTES — Chefe do Núcleo de Oficina Mecânica e EXPEDITO APOLINÁRIO DA SILVA — Chefe do Núcleo de Transportes, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Avaliação de Danos, ocorridos em viaturas deste Serviço Autônomo de Limpeza Urbana;

2. TORNAR SEM EFEITO a Ordem de Serviço "SLU" nº 06, de 20.04.76, em razão da designação de que trata a presente.

Brasília, 11 de setembro de 1987

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" DE 14 DE SETEMBRO DE 1987

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conférida pelo inciso VI, artigo 30, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir desta data, a servidora MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS BARROS, matrícula nº 80.864-4, Agente de Limpeza Pública, da TESLP/SLU, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-112.3. da TP/SLU.

Brasília, 14 de setembro de 1987

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" DE 14 DE SETEMBRO DE 1987

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 30, inciso VI, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor JOSÉ DOS SANTOS AYUB, matrícula nº 78.429-X, Administrador, Referência NS-25, da TP/SLU, para exercer a Função de Confiança, de Assessor, Código LT-DAS-102.2, da TP/SLU, no período de 14. a 28.09.87.

Brasília, 14 de setembro de 1987

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" DE 14 DE SETEMBRO DE 1987

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso VI, artigo 30, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir desta data, o servidor ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS, matrícula nº 75.507-9, Agente de Portaria, Referência NM-18, da TP/SLU, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-112.3, da TP/SLU.

Brasília, 14 de setembro de 1987

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA DE 15 DE SETEMBRO DE 1987

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Nomear JOSÉ DOS REIS RIBEIRO, Delegado de Polícia, 1ª Classe, Padrão III, matrícula nº 23.657-8, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Código DAS-102.2, de Assessor da Coordenação de Informações, Planejamento e Operações, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a partir de 31 de agosto de 1987.

Brasília, 15 de setembro de 1987

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE SETEMBRO DE 1987

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "d", da Portaria nº 027/85-SEP, de 08 de outubro de 1985,

RESOLVE:

Dispensar, nos termos do artigo 8º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, MARIA DA CONSOLAÇÃO DOS ANJOS ALVES, Perito Criminal, 1ª Classe, Padrão V, matrícula nº 20.216-9, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, de responder pela Seção de Fotografia e Desenho/DPE/IC/CPT/PCDF, Código DAI-111.3, a partir de 01 de setembro de 1987.

Brasília, 14 de setembro de 1987

JORGE DA SILVA CASTRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE SETEMBRO DE 1987

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "d", da Portaria nº 027/85-SEP, de 08 de outubro de 1985,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 8º do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, LAURINTINO RODRIGUES NETO, Agente de Polícia, matrícula 20.430-7, 1ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para responder pela função de Chefe da Seção de Investigações Criminais/14ª DP/CPC/PCDF, Código DAI-111.3, por motivo de vacância, a partir de 01 de agosto de 1987.

Brasília, 14 de setembro de 1987

JORGE DA SILVA CASTRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE SETEMBRO DE 1987

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃOA GERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "d", da Portaria nº 027/85-SEP, de 08 de outubro de 1985,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 8º do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, THOMAZ DE AQUINO FALCÃO, Agente de Polícia, matrícula 25.559-9, 2ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para responder pelo Chefe da Seção de Apoio Administrativo/10ª DP/CPC/PCDF, Código DAI-111.3, por motivo de vacância, a partir de 01 de agosto de 1987.

Brasília, 14 de setembro de 1987

JORGE DA SILVA CASTRO

PROCESSO Nº: 0050.002191/87
INTERESSADO: MARIA DO CARMO PORTELA
ASSUNTO: Prorrogação do prazo para tomar posse

I — Acolho o parecer da Divisão de Pessoal deste Departamento;

II — Concedo prorrogação do prazo para posse no cargo de Agente de Polícia, a MARIA DO CARMO PORTELA, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de 23 de agosto do ano em curso;

III — Publique-se;

IV — Dê-se ciência ao interessado;

V — Arquive-se.

Brasília,-DF, 09 de setembro de 1987

JORGE DA SILVA CASTRO
Diretor do DAG

REQUISIÇÕES Nº S: 187 a 189/87
INTERESSADOS: GONÇALINO DE CASTRO NETO E OUTROS
ASSUNTO: Diárias de viagem

Nos termos da alínea "a", do item I, da Portaria nº 027/85-SEP, AUTORIZO a concessão de 1/2 (meia) diária, no valor de Cz$ 475,51 (quatrocentos e setenta e cinco cruzados e cinquenta e um centavos) ao servidor GONÇALINO DE CASTRO NETO, Agente de Policia, matrícula nº 20.626-1; 1/2 (meia) diária, no valor de Cz$ 475,51 (quatrocentos e setenta e cinco cruzados e cinquenta e um centavos), ao servidor FRANCISCO DE ASSISCLEMENTE SILVA, Agente de Polícia, matrícula nº 20.969-4 e 1/2 (meia) diária, no valor de Cz$ 475,51 (quatrocentos e setenta e cinco cruzados e cinquenta e um centavos), ao servidor JOSÉ MANOEL DOS PASSOS GONÇALVES MENDES, Agente de Polícia, matrícula nº 19.551-0, os quais, no absoluto interesse do serviço, se deslocaram desta Capital ao Estado da Bahia, no dia 25 de agosto de 1987, retornando no mesmo dia, com a finalidade de localizar e conduzir a esta Capital os elementos JOSÉ EDILSON BASTOS COSTA e JOÃO DA SILVA.

Brasília, 10 de setembro de 1987

JORGE DA SILVA CASTRO
Diretor do Departamento de Administração Geral

DIVISÃO DE PESSOAL
ATOS DO DIRETOR

PROCESSO Nº: 0050.002177/87
INTERESSADO: JAIME BARREIRA REIS

ASSUNTO: Inclusão de seu nome na relação dos concorrentes para o aproveitamento de que trata a Lei nº 7.603/87

DESPACHO:

I — Acolho o parecer da Assistente desta Divisão;

II — Em consequência, indefiro o pedido, haja vista, o artigo 1º da Lei nº 7.603/87, amparar somente os funcionários, que em 12 de março de 1976, se encontravam e ainda estejam lotados e em efetivo exercício nesta Secretaria;

III — Publique-se;

IV — Dê-se ciência ao interessado;

V — Arquive-se.

Brasília-DF, 31 de agosto de 1987

WILSON MACHADO
Diretor da Divisão de Pessoal

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE PESSOAL

ATOS DO DIRETOR

PORTARIA DP DE 07 DE AGOSTO DE 1987

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista a competência prevista na alínea "d", Parágrafo 1º do artigo 36, do Decreto nº 89.096, de 10 de outubro de 1960 portaria PMDF nº 020, de 08 de outubro de 1985,

RESOLVE:

Conceder provisoriamente na forma da alínea "a", do artigo 71, da Lei nº 6.023, de 03 de janeiro de 1974, combinado com o item I do artigo 7º, da Lei nº 3.765, de 04 de maio de 1960, 100% (cem por cento) do benefício da Pensão Militar legada pelo extinto Soldado PM EUSTÁQUIO RODRIGUES DOS SANTOS FILHO, matrícula 06.690/7, falecido no dia 20 de julho de 1987, a contar do óbito, no valor mensal, inicial de Cz$ 5.019,60 (cinco mil, dezenove cruzados e sessenta centavos), à viúva, senhora ARLETE PEREIRA DOS SANTOS, matrícula 70.542. Inclua-se na presente Pensão, 02 (dois) salários-família , em favor da própria e seu filho menor WAGNER PEREIRA DOS SANTOS, nascido em 10 de novembro de 1977.

Diretoria de Pessoal, em 07 de agosto de 1987

ANTONIO FERNANDO DE OLIVEIRA BRANDÃO — Cel. QOPM
Mat. 00.041-8 — Diretor de Pessoal

SECRETARIA DA CULTURA

ATOS DO CHEFE DO GABINETE

PROCESSO Nº: 040.000039/87
REQUISIÇÃO DE DIÁRIAS Nº:009/87-SC
INTERESSADO: D'ALEMBERT JORGE JACCOUD
ASSUNTO: Concessão de Diárias

Autorizo a concessão de 02 (duas) diárias ao Secretário da Cultura do Distrito Federal, D'ALEMBERT JORGE JACCOUD, no valor total de Cz$ 4.012,20 (quatro mil doze cruzados e vinte centavos), para atender despesas de viagem à cidade de Goiânia — GO, no período de 11 e 12 de setembro de 1987, para participar do XV Forum Nacional dos Secretários da Cultura.

Brasília, 16 de setembro de 1987

JOSÉ MARTINS LEITE CAVALCANTE
Delegação de Competência — Port. nº 002/86-SC

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE SETEMBRO DE 1987

O SUPERINTENDENTE DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL — ArPDF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso VIII, do Regimento do ArPDF, aprovado pelo Decreto nº 8.531, de 14.03.85.

RESOLVE:

Designar GEORGETE MEDLEG RODRIGUES para exercer a Função de Confiança de Chefe do Núcleo de Restauração e Conservação, Código LT-DAS-101.2-TP/ArPDF, da Gerência de Arquivo Permanente do Arquivo Público do Distrito Federal, a partir de 08 de setembro de 1987.

Brasília-DF, 14 de setembro de 1987

WALTER ALBUQUERQUE MELLO

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 2430a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 18 dias do mês de agosto de 1987, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ, ROGÉRIO NUNES, FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE e FREDERICO AUGUSTO BASTOS, a Auditora MARIA JOSÉ DA SILVA NEVES GADELHA e o Procurador-Geral em exercício Dr. LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ, o Presidente, Conselheiro JOEL FERREIRA DA SILVA, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 2429a. Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário de dois expedientes:

— Ofício Circular TC-100.001/87 do Exmo. Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Conselheiro JUAREZ ALVES COSTA, pelo qual, cumprindo disposição contida no § 2º do art. 4º do Regimento Interno do XIV Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, envia cópia da Tese daquela Corte, elaborada pelos Procuradores CARLOS AUGUSTO AYRES DE FREITAS BRITTO e JOSÉ SÉRGIO MONTE ALEGRE, intitulada "Necessidade da lei para a Criação do Emprego Público".

— Ofício Circular CGP-TC/MS Nº 002/87, pelo qual o Senhor Chefe do Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, Dr. PEDRO ALVES GONÇALVES, encaminha cópia da Tese daquela Corte, para o XIV Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, elaborada pelo Procurador MARCEL BRASIL FREIRE CAPIBERIBE e intitulada "Tribunais de Contas : Funções e Eficácia Jurídica das Decisões e Acórdãos".

A seguir, o Senhor Presidente, esclarecendo que teria compromisso oficial a cumprir às 16:30 horas, solicitou, com a aquiescência do Plenário, que o Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS fizesse em primeiro lugar o relato de processos, para, como Vice-Presidente, substituí-lo na Presidência quando se ausentasse.

Finalmente, acolhendo sugestão da Presidência, o Plenário decidiu marcar para as 17:00 horas o início da sessão especial destinada à apreciação das Contas do Governo do Distrito Federal, exercício de 1986, que será realizada no próximo dia 28.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO Nº 1006/75 - Revisão dos proventos da reforma do Cabo PM LAURENTINO DA CRUZ DE SOUZA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou nova diligência, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 1039/75 - Revisão dos proventos da reforma do Cabo PM ALAI DE SOUZA MONTEIRO.- O Tribunal, de acordo com o vo

to do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal a revisão, para fins de registro — devendo a PMDF adotar a providência indicada no referido voto a fls. 84.

PROCESSO Nº 1829/86 - Reforma do Capitão BM PAULO ROBERTO MELLO SAMPAIO;

PROCESSO Nº 1905/86 - Reforma do Soldado BM ANTONIO CARLOS GOMES ROCHA;

PROCESSO Nº 1913/86 - Reforma do 3º Sargento BM RAYMUNDO PINTO DA PAZ;

PROCESSO Nº 1914/86 - Reforma do 2º Sargento BM CÉLIO COUTO.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordendas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais as reformas, para fins de registro.

PROCESSO Nº 1971/86 - Reforma do Subtenente BM EDIVALDO ROSA DOS SANTOS.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal a reforma — relevando a falha apontada no referido voto a fls. 39.

PROCESSO Nº 2795/86 - Originário de inspeção programada a que procedeu a 2ª Inspetoria de Controle Externo na Fundação Educacional do Distrito Federal. Aos autos juntou-se expediente da Secretaria de Educação do Distrito Federal (O.I. nº 598/87 e anexos), pelo qual presta esclarecimentos em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, tomando conhecimento, determinou nova diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados no voto do Relator a fls. 172.

PROCESSO Nº 3483/86 - Originário de consulta formulada pela SAB a respeito de multa que lhe foi aplicada pela SUNAB. Aos autos juntou-se a tomada de contas especial realizada para apurar responsabilidades pela aplicação da multa.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados na alínea b da instrução de fls. 33-34.

PROCESSO Nº 1314/87 - NE nº 134/87-IDR e outras. Aos autos juntou-se o O.E. nº 048/87, pelo qual o Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR presta esclarecimentos em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, tomando conhecimento do expediente do IDR, decidiu fazer ao órgão a recomendação indicada no voto do Relator a fls. 35.

PROCESSO Nº 1433/87 - Relatório de Auditoria nº 005/87-DPA/SEF, decorrente de auditoria realizada pelo órgão próprio da Secretaria de Finanças na Sociedade de Abastecimento de Brasília.— O Tribunal, tomando conhecimento do Relatório, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para o fim indicado no voto do Relator a fls. 16.

PROCESSO Nº 1852/87 - Consulta formulada pela SSP-DF a respeito do entendimento da Corte sobre a validade e legalidade de manutenção de registro magnético dos dados constantes dos Boletins de Transportes Coletivos e de Controle de Operações, utilizados no Sistema do Caixa Único, ao invés de manter em arquivo os seus originais, bem como indaga sobre a duração do período de arquivamento exigido para os referidos boletins.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento da consulta e decidiu dar-lhe resposta na forma do referido voto a fls. 26.

PROCESSO Nº 2118/87 - Relatório de inspeção programada a que procedeu a 5a. Inspetoria de Controle Externo na Administração da Estação Rodoviária de Brasília - AERB, para verificar aspectos da receita do órgão.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos resultados satisfatórios da inspeção, determinando a baixa do processo à 5a. ICE, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO GERALDO FERRAZ

PROCESSO Nº 1181/86 - Reforma e revisão dos proventos da reforma do Segundo-Sargento BM ALCEMAR CONCEIÇÃO DE AZEVEDO.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) considerar legal a reforma, para fins de registro; b) tomar conhecimento do ato de revisão dos proventos, considerando que guarda conformidade com a decisão judicial de que decorre.

PROCESSO Nº 1328/86 - Reforma do Tenente-Coronel BM WALTER LOUREIRO;

PROCESSO Nº 1413/86 - Reforma do Soldado BM VALMOR HACK;

PROCESSO Nº 1831/86 - Reforma do Terceiro-Sargento BM JOSÉ BEZERRA ZEFERINO;

PROCESSO Nº 1838/86 - Reforma do Capitão BM PAULO RODRIGUES DE FREITAS;

PROCESSO Nº 1919/86 - Reforma do Subtenente LUIZ CARLOS DA SILVA;

PROCESSO Nº 2010/86 - Reforma do 1º Sargento BM JOSÉ GONÇALVES DA SILVA;

PROCESSO Nº 3626/86 - Reforma do Cabo BM PEDRO FERREIRA NETO;

PROCESSO Nº 3672/86 - Reforma do Cabo BM LETÍCIO FELICIANO PESSOA;

PROCESSO Nº 3688/86 - Reforma do Cabo BM JUVENIL ALVES DE LIMA.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais as reformas, para fins de registro.

PROCESSO Nº 1854/86, com o 1º termo aditivo ao termo de permissão remunerada de uso nº 006/86, entre a Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB e a Senhora FILOMENA ALVES PUGAS, e o primeiro termo aditivo ao termo de permissão remunerada de uso nº 007/86, entre a SAB e a Senhora MARIA MARTINS DE SOUZA GULYAS.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à 5a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1177/87 - Primeiro termo aditivo ao convênio nº 139/86 celebrado entre o Distrito Federal, através das Secretarias de Viação e Obras e de Finanças, e a NOVACAP.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do termo de aditamento e considerou correta a classificação da despesa especificada na NE nº 198/87-SEF, a ele vinculada — determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1381/87 - Ata da 726a. reunião e outras, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal. Aos autos juntou-se expediente da Fundação do Serviço Social (O.I. nº 1551/87 e anexos), pelo qual apresenta esclarecimentos a respeito da recomendação da Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos esclarecimentos, determinando a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1469/87 - Reforma do 3º Sargento BM FRANCISCO JOSÉ TAVARES ROCHA;

PROCESSO Nº 1472/87 - Reforma do Soldado BM ELCIO FRANKLIN PEREIRA.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais, para fins de registro, os atos de reforma.

PROCESSO Nº 1887/87 - NE nº 304/87-SEP e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1899/87 - NE nº 040/87-SVO e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento e considerar correta a classificação das despesas, exceto quanto às notas de empenho de nºs 246 e 287/87-DPC; b) a respeito destas, determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, para os fins indicados no referido voto a fls. 32, alíneas b e c.

PROCESSO Nº 2070/87 - NE nº 242/87-TUR e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento e considerar correta a classificação das despesas, exceto quanto às notas de empenho de nºs 262 e 265/87-TUR; b) a respeito destas, determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, para os fins indicados no referido voto a fls. 28.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO ROGÉRIO NUNES

PROCESSO Nº 2680/85 - Convênio nº 073/85 celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional de Brazlândia, e a NOVACAP.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento das inspeções levadas a efeito junto à NOVACAP e à COSAP/SEF, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 3248/85 - Originário do contrato nº 593/FZ celebrado entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e a firma STORMACC - Engenharia e Comércio Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento da inspeção realizada junto à Fundação Zoobotânica, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 3485/85 - Convênio nº 109/85, celebrado entre a Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal e a Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB.- O Tribunal, de acordo

com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do 1º e 2º termos aditivos ao ajuste, bem como da NE nº 121/86-SSP, vinculada ao 2º termo, e da sua posterior anulação (ANE nº 034/86-SSP); b) tomar conhecimento também dos resultados da 3a. etapa de fiscalização e controle da execução do convênio; c) determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados na instrução a fls. 165-166.

PROCESSO Nº 0446/86 - Convênio nº 020/86 celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional de Taguatinga, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do 3º termo aditivo ao ajuste e considerou correta a classificação da despesa especificada na NE nº 288/86-RA-III, a ele vinculada — determinando o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 1571/86 - Contrato nº 1545/86 celebrado entre a CAESB e a firma SENAP - Engenharia e Comércio Ltda. Aos autos juntou-se o 1º e o 2º termos aditivos ao pacto, bem como os resultados da 2a. etapa de fiscalização e controle de sua execução.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) relevando as falhas apontadas na instrução, tomar conhecimento dos aditivos e dos resultados da 2a. etapa — determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins; b) fazer à CAESB a recomendação indicada na instrução a fls. 87.

PROCESSO Nº 3119/86 - Contrato nº 1609/86 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB e a firma CAENGE - Construção, Administração e Engenharia Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento do pacto e dos 1º e 2º termos aditivos, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 1156/87 - Convênio nº 005/86 celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP e a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento do ajuste e determinou a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1630/87 - Contrato nº 042/87 celebrado entre a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP e a Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1722/87 - Convênio nº 033/87 celebrado entre o Departamento de Turismo do Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do ajuste e considerar correta a classificação da despesa especificada na nota de empenho nº 107/87-TUR, a ele vinculada; b) tomar conhecimento também dos resultados da 1a. etapa de fiscalização e controle da execução do convênio, determinando a baixa do processo à 3a. ICE, para os devidos fins; c) fazer ao DETUR a recomendação indicada na instrução a fls. 18, letra c.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PROCESSO Nº 3969/84 - Tomada de contas especial instaurada na Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB, para apurar os fatos relacionados com a ocorrência de diferença de arrecadação verificada no Posto da Estação Rodoviária de Brasília. Aos autos juntou-se o Ofício nº 411/87, pelo qual a TCB remete à Corte documentos comprobatórios do recolhimento, pelos servidores nominados a fls. 207, do débito que lhesfora imputado.- O Tribunal, de acordo com a proposta verbal do Relator, decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, solicitando o competente parecer.

PROCESSO Nº 1175/86 - Reforma e revisão dos proventos da reforma do 1º Sargento SEBASTIÃO NOGUEIRA LACERDA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou diligência, fixando o prazo de 75 (setenta e cinco) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 1081/87 - NE nº 048/87-CBDF e outras. Aos autos juntaram-se os resultados de inspeção realizada no CBDF, por determinação da Corte na Sessão de 04.06.87, para examinar aspectos relacionados com as NEs de nºs 051, 052 e 054/87.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento dos resultados da inspeção, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 1231/87 - NE nº 074/87-SEF. Aos autos juntaram-se os resultados de inspeção especial realizada na Secretaria de Finanças para verificar aspectos relacionados com a referida nota de empenho.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos resultados da inspeção; b) considerar correta a classificação da despesa a que se refere a NE nº 074/87-SEF; c) fazer à Secretaria de Finanças a recomendação e a solicitação — com prazo, esta, de 15 (quinze) dias para atendimento — indicadas no referido voto a fls. 22.

PROCESSO Nº 1954/87 - NE nº 076/87-ACEI e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) considerar correta a classificação das despesas de que tratam as notas de empenho de nºs 074, 075 e 076/87-ACEI; b) tomar conhecimento dos resultados de inspeção junto à Administração de Ceilândia, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2205/87 - NE nº 0155/87-SLU e outras;

PROCESSO Nº 2206/87 - NE nº 0171/87-SLU e outras;

PROCESSO Nº 2247/87 - NE nº 061/87-AERB e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELA AUDITORA MARIA JOSÉ GADELHA

PROCESSO Nº 1740/85 - Originário de expediente da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, pelo qual foi comunicado o desaparecimento de bem;

PROCESSO Nº 0938/86 - Ofício nº 021/85-DE da Fundação Hospitalar do Distrito Federal comunicando a existência de diferença a menor no valor de Cz$340.861,77, constatada no Inventário de Bens Móveis em estoque no Almoxarifado do Hospital Regional da Asa Norte;

PROCESSO Nº 1084/86 - Ofício nº 234/86, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, pelo qual comunica o desaparecimento de bens;

PROCESSO Nº 1258/86 - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens;

PROCESSO Nº 1622/86 - Ofício nº 1211/86-PR da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal comunicando o desaparecimento de bem;

PROCESSO Nº 2041/86 - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal, para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado na Escola-Classe 33 de Ceilândia.

- O Tribunal, de acordo com as propostas da Relatora, decidiu enviar os processos à Procuradoria-Geral, solicitando os competentes pareceres.

PROCESSO Nº 0078/86 (Apenso: processo nº 313/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens;

PROCESSO Nº 2948/86 (Apenso: processo nº 3808/86) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens.

- O Tribunal, de acordo com as propostas da Relatora, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral e relevando as falhas apontadas na instrução, determinou a devolução dos processos de nºs 0313/87 e 3808/86 à Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para os fins sugeridos pela 2a. Inspetoria de Controle Externo, em ambos os processos, concedendo à entidade o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 0410/86 - Convênio nº 128/85 e outros, celebrados entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, e diversos.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento do 4º e 5º termos aditivos ao convênio nº 018/86, considerando correta a classificação das despesas de que tratam as NEs de nºs 649/86-SEF e 166/87-SEF, vinculadas aos aditivos; b) tomar também conhecimento dos resultados da 2a. etapa de fiscalização e controle da execução do ajuste, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 0884/86 - Tomada de contas especial realizada pela Administração de Ceilândia para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 138.000.508/86-GDF.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral e considerando que a pendência relativa à multa cuja aplicação fora determinada mediante o OF. GP nº 1800/86 já foi solucionada, com a juntada inclusive do comprovante do recolhimento, decidiu tomar conhecimento dos resultados da tomada de contas especial e determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 0995/86 (Apenso: processo nº 963/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabiliades pelo desaparecimento de bens.

- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) tomando conhecimento do resultado da tomada de contas especial, determinar, com fundamento no art. 14 do Decreto-lei nº 200/67, a baixa na responsabilidade da servidora nominada a fls. 10 e o arquivamento do processo; b) relevando excepcionalmente a falha apontada na instrução, renovar à Secretaria de Educação do Distrito Federal a recomendação contida no item 3 do Of. GP nº 464/87.

PROCESSO Nº 2626/86 - Tomada de contas especial realizada pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem.- O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria - Geral, decidiu: a) considerando que o ressarcimento do bem extraviado está sendo efetuado, tomar conhecimento dos resultados da tomada de contas especial; b) determinar a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo para os fins sugeridos na alínea b da instrução, a fls. 91; c) autorizar a devolução à CAESB do processo nº 2201/86, relativo à tomada de contas especial.

PROCESSO Nº 2927/86 (Apenso: processo nº 311/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. - O Tribunal, de acordo com a proposta da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral e relevando a falha apontada na instrução, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 60 (sessenta) dias, para o fim indicado na referida proposta a fls. 09-v.

PROCESSO Nº 2202/87 - Ofício nº 203/87-GS.SLU através do qual o Serviço Autonômo de Limpeza Urbana - SLU comunica a instauração de tomada de contas especial na Gerência de Transportes e Equipamentos, para esclarecer os fatos constantes do Processo nº 094.001244/87;

PROCESSO Nº 2203/87 - O.E. nº 074/87-SEG/DAG da Secretaria do Governo do Distrito Federal comunicando o desaparecimento de bem.

- O Tribunal, de acordo com as propostas da Relatora, tomou conhecimento das comunicações e determinou a baixa dos processos à la. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna juntada das tomadas de contas especiais.

Às 15:55 horas, quando o Conselheiro GERALDO FERRAZ encerrou o relato dos processos que lhe tinham sido distribuídos, o Senhor Presidente retirou-se da sessão, assumindo a Presidência o Vice-Presidente FREDERICO AUGUSTO BASTOS.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Conselheiro ROGÉRIO NUNES propôs e justificou, com o apoio do Plenário, um voto de pesar pelo falecimento de CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, o grande poeta que tanto elevou a literatura nacional e enriqueceu a nossa cultura, em sua luminosa trajetória de intelectual talentoso e exemplar. Far-se-á comunicação da homenagem da Corte à família enlutada.

Nada mais havendo a tratar, às 16:50 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador-Geral em exercício.

JOEL FERREIRA DA SILVA
GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
ROGÉRIO NUNES
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
FREDERICO AUGUSTO BASTOS
MARIA JOSÉ GADELHA
LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS DO D.F.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Associação Beneficente dos Membros da Igreja Assembléia de Deus do D.F. de acordo com o Conselho Consultivo da Entidade convoca os associados para a Assembléia Geral Extraordinária que se realizará dia 27.09.87 às 20 horas em 1ª convocação, e às 20,30 hs, em 2ª convocação para deliberar quanto a Reforma do Estatuto em pertinência à nova redação do Art. 4º. A referida Assembléia será realizada na Sede da Associação: Área Esp. 8 — St. D Sul — Tag. DF.

Taguatinga, DF, 17 de setembro de 1987

Pr. NEEMIAS PEREIRA DA ROCHA — Pres.

(DAR — Cz$ 152,64)

MOTO AGRÍCOLA SLAVIERO S/A
CRS 505 BLOCO B LOJA 35
CGC/MF 00003228/0001-35

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 28 de setembro de 1987, às 10:00 horas, na sede da Empresa, à CRS 505, Bloco B, Loja 35, em Brasília-DF, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1 — Proposta da Diretoria para alteração do Estatuto Social, artigo 15, com a inclusão de inciso que determine o levantamento de Balanços intermediários e declaração de dividendos intermediários ou bonificações em dinheiro, obedecidas as disposições legais.

Brasília-DF, 15 de setembro de 1987

SÉRGIO SLAVIERO
Diretor

(Dias 17, 18 e 21)

FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS
NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Comissão Especial de Licitação designada pela Portaria nº 040/87, esclarece que fica cancelado os itens 5.3 e 5.4 dos Editais 001, 002 e 003/87-HDAL, continuando sem alteração os outros itens.

FRANCISCO F. DE ARAÚJO FILHO
Departamento de Suprimento/MCC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

EDITAL Nº 001/87-CL-IDR — TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E ENSINO, CLASSES 1402, 1404, 1405, 1407 E 1408.

Data: 05.10.87 — Horário: 15:00 horas

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — IDR, torna público para conhecimento dos interessados que na data e horário acima indicados, na Sala nº 05, do Anexo do IDR, Setor de Garagens Oficiais Norte, Área Especial nº 01, nesta Capital, reunir-se-á a referida Comissão a fim de receber documentação e proposta de interessados no fornecimento do material objeto do Edital epigrafado.

Cópia do Edital poderá ser obtida na Gerência de Administração Geral — Comissão de Licitação, no endereço acima mencionado, no horário de 08h 30min às 11h 30min e de 14h 30min às 17h 30min, até o dia 02.10.87.

Brasília, 14 de setembro de 1987

HELVIO FERREIRA
Comissão de Licitação
Presidente

MINISTÉRIO DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 11ª REGIÃO — DF
Palácio do Comércio, 5º Andar — Sala 503 — Fone: 223-1429
BRASÍLIA — DISTRITO FEDERAL

EDITAL Nº 002/87
CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES

Nos termos do Art. 6.537, de 19/06/78, e da Resolução nº 1.523, de 15/06/84, do Conselho Federal de Economia (COFECON), faço saber que no

dia 29 de outubro de 1987, com início às 09:00 horas e término às 19:00 horas, serão realizadas eleições para renovação de terço de Conselheiros deste CORECON e de Delegado-Eleitor, junto ao Colégio Eleitoral do COFECON, para preenchimento dos seguintes cargos:

a) 03 (três) Conselheiros Efetivos e 03 (três) Conselheiros Suplentes, com mandato de 03 (três) anos: 1988, 1989, 1990.

b) 01 (hum) Delegado-Eleitor Efetivo e 01 (hum) Delegado-Eleitor Suplente ao Colégio Eleitoral do COFECON.

Em razão de não ter dado entrada na Secretaria do Conselho nenhum pedido de registro de Chapa até 14/09 de 1987, o prazo para esse fim, constante do EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES nº 001/87, publicado em 15/08 de 1987, fica prorrogado por 08 (oito) dias, contados a partir desta publicação, encerrando-se às 19:00h do dia 24 (vinte e quatro) de setembro de 1987. O registro das chapas será feito de acordo com o artigo 8º da Resolução COFECON nº 1.523/84, a ser efetuado na sede deste Conselho, situada no SCS, Ed. Palácio do Comércio, sala 503, no horário de 09:00 às 19:00 horas.

Poderão votar os economistas registrados na jurisdição deste Conselho, portadores de inscrições definitivas ou provisórias e quites com suas anuidades até a data da realização do pleito, não sendo permitido o voto por meio de procuração ou por correspondência.

Haverão 02 (duas) Mesas Eleitorais instaladas de acordo com o nº de registro do Economista. No ato da votação, deverá o economista exibir, junto à mesa eleitoral, documento hábil de identificação e assinar a folha de votação que obedecerá a ordem numérica dos registros neste CORECON.

O local de votação será a sede do Conselho Regional de Economia da 11ª Região — DF, sito no endereço acima mencionado.

Brasília, 17 de setembro de 1987

SÉRGIO CUTOLO DOS SANTOS
Presidente

SECRETARIA DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL Nº 004/87-FCDF

O Sr. Diretor Executivo da Fundação Cultural do Distrito Federal, torna público que o prazo para as inscrições para o Edital nº 004/87-FCDF fica prorrogado até o dia 30.09.87.

OBJETO: Concessão de auxílio parcial para projetos artísticos e culturais do Distrito Federal.

LOCAL: Núcleo de Pauta da FCDF — Via N/2, SCN, anexo do Teatro Nacional de Brasília.

HORÁRIO: 08:30 às 12:00 e 14:00 às 18:15 horas.

Brasília, 10 de setembro de 1987

REYNALDO JARDIM SILVEIRA
Diretor Executivo

SECRETARIA DO GOVERNO
COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL
CODEPLAN
AVISO DE EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 021/87

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS
DATA: 02 de outubro de 1987
HORÁRIO: 10:00 horas
ENDEREÇO: SAIN, Projeção "H", térreo
EDITAL: Encontra-se afixado no quadro de aviso da Empresa, no andar térreo, do endereço acima. Os interessados que desejarem cópia do presente Edital serão atendidos pela Comissão de Licitação, na Sala 405 — 4º andar, do Ed. sede, mediante a apresentação da importância de 01 (uma) OTN, recolhida na Tesouraria da Empresa, 4º andar, Sala 406.

GUILHERME BOECHAT VÊO
Presidente da Comissão de Licitação da CODEPLAN

(Dias 17, 18 e 21)

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

"AVISO"

TOMADA DE PREÇOS Nº 046/87-CPL, PARA EXECUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE RECAPEAMENTO DE VIAS, NA EQ 13 E COMÉRCIO DO SETOR SUL DO GAMA — DISTRITO FEDERAL.

ENCERRAMENTO

Chamamos a atenção das empresas interessadas na licitação em tela, para o fato de que, atendendo relato desta Comissão, fls. 139 do Processo nº 112.011.152/86-DU, o Senhor Diretor de Urbanização desta Empresa, ENCERROU com fulcro no item 11.0.0 do Edital próprio, a presente Tomada de Preços.

Brasília, 16 de setembro de 1987

ODINETE DA SILVEIRA SANT'ANA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO PARA AGENTE DE POLÍCIA

EDITAL Nº 171/87-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — IDR, no uso de suas atribuições regimentais, e de acordo com o Edital nº 095/86-IDR, publicado no DODF nº 108, de 11 de junho de 1986, torna público o seguinte:

Fica excluído do Concurso Público para Agente de Polícia, o candidato FILON SILVA CURADO, inscrição nº 4678-7, por ter sido denegada a segurança e cassados os efeitos da liminar anteriormente concedida nos autos do Mandado de Segurança nº 4422/87-4ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal.

Brasília, 15 de setembro de 1987

JÚNIA DE OLIVEIRA FERREIRA GONTIJO CÉSAR

SALVE UMA VIDA

Participe da **CAMPANHA DE DOAÇÃO**

VOLUNTÁRIA DE SANGUE da

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Dias 23, 24 e 25 de Setembro

Hora: 8,30 às 11,30